



Incêndio em pavilhão da COP30 é prenúncio! Lula “toca fogo” na relação com Senado indicando Messias

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Vereador de Campinas acusado de violência pode ser cassado

Câmara abre investigação para apurar denúncias de agressão atribuídas a Otto Alejandro (PL-SP)

PÁGINA 13

COP: Fogo reforça reclamações da infraestrutura

O incêndio na “Blue Zone” da COP30 evidencia algo que muitos países participantes da conferência do clima haviam manifestado tanto à ONU quanto ao Governo Brasileiro: a falta de infraestrutura de Belém para sediar o evento. Meses antes da COP, negociadores pediram a transferência para outra cidade. E já durante, um documento relatando falhas em refrigeração e segurança, prontamente respondido pelos organizadores. Resta saber até que ponto o incêndio vai atrapalhar nas negociações pelo fundo climático.

PÁGINA 8



Reprodução

Indústria de SP fecha novembro em queda

Dados são da Sensor; índice geral fechou em 47,8 pontos, abaixo da linha divisória de 50,0 pontos, que separa crescimento de retração

PÁGINA 9

Feriadão: Viracopos espera 34,1 mil na segunda

PÁGINA 12

Deputados aprovam nova estrutura do saneamento

Comissões da Assembleia Legislativa de São Paulo aprovaram o Projeto de Lei 1083/2025, que reorganiza a política estadual de saneamento. A proposta do Executivo, agora encaminhada ao Plenário, reduz de quatro para duas as Unidades Regionais de Saneamento Básico (Uraes)

PÁGINA 9

Área é dada a hospital regional

Câmara Municipal de Campinas aprovou a doação de um terreno da prefeitura ao governo estadual para que o Palácio dos Bandeirantes construa o Hospital Metropolitano, que atenderá cerca de 40 cidades da região; principal objetivo é que a nova unidade de saúde absorva parte da demanda regional que afoga o Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp, que vem operando com sobrecarga crônica e episódios de superlotação

PÁGINA 12



Câmara Municipal de Campinas

Doação de terreno da prefeitura é aprovada pelos vereadores

FERNANDO MOLICA

O projeto e as facções na Câmara

PÁGINA 2

VINÍCIUS LUMMERTZ

O Brasil que pune o que dá certo

PÁGINA 2

Programa ambiental da RMC une 20 municípios

O programa Reconecta RMC, de Campinas, ganhou destaque internacional ao receber menção especial em um artigo na plataforma global The Nature of Cities neste mês de novembro. A região foi reverenciada como uma das pioneiras em integração ambiental

PÁGINA 14

Unesp Bauru sediará novo centro de pesquisa

O Centro Paulista de Integração de Dados atuará no desenvolvimento de tecnologias digitais voltadas ao enfrentamento de eventos climáticos de alta intensidade, com a criação de soluções tecnológicas que contribuam diretamente para o Estado de São Paulo

PÁGINA 15

Arquivo pessoal



Centro Espírita “Casa de Jesus” quer colocar gatos na rua em Campinas, mas juiz garante abrigo e cuidados de protetora

PÁGINA 12

3ª HQ “Territórios Negros” é lançada

PÁGINA 13

Unicamp: energia solar a indígenas na COP30

Alexandre Baré/jornal.unicamp.br



Indígenas com os painéis de energia durante curso de formação

Universidade impulsiona projeto que pretende levar energia fotovoltaica a comunidades da região amazônica, território dependente do uso de geradores a diesel, considerados equipamentos caros, poluentes e de logística complexa

PÁGINA 13

Fernando Molica

O projeto e as facções na Câmara

Na ânsia de derrotarem o governo e de surfarem na onda de soluções simplórias para o complexo tema da violência, deputados aprovaram um substitutivo de projeto de lei contra facções que poderá mandar alguns deles para a cadeia. A caracterização desse tipo de organização criminosa tem como enquadrar grupos que atuam no Congresso.

O texto aprovado, de autoria do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), pega pesado com grupos que se utilizem de “grave ameaça ou coação para impor controle territorial ou social, intimidar populações ou autoridades”. Não seria difícil incluir no conceito de grave ameaça as pressões feitas por parlamentares contra o Poder Executivo para aprovarem este ou aquele projeto.

Ao definirem penas muito duras para casos de “infiltração no setor público ou atuação direta ou indireta na administração de serviços públicos ou em contratos governamentais”, suas excelências devem ter tirado o sono de muita gente que ocupa cargos da Codevasf, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, destino preferido de emendas que erguem e sustentam torres da corrupção brasileira.

Também não seria difícil enquadrar como resultado de “grave ameaça” e de “atuação di-

reta ou indireta na administração de serviços públicos ou em contratos governamentais” a pressão exercida sobre dois gerente da Caixa Asset para que aprovassem a compra de papéis micados do Banco Master. Ao se negarem, os dois perderam seus cargos: a direção da Caixa foi entregue a indicados por um consórcio de integrantes do Centrão.

Logo de cara, o projeto aprovado por larga maioria criminaliza aquele bloqueio da Mesa da Câmara feito por parlamentares do PL que queriam apressar a anistia. O projeto, que agora será examinado pelo Senado, considera crime “restringir, limitar, obstaculizar ou dificultar, ainda que de modo temporário, a livre circulação de pessoas, bens e serviços, públicos ou privados, sem motivação legítima reconhecida pelo ordenamento jurídico”. Ou seja, miraram nas ocupações feitas pelo MST, mas botaram os próprios pescoços na reta.

É fundamental criar mecanismos para coibir organizações cada vez mais sofisticadas, excelente também que, talvez de forma involuntária, o projeto dê margem para processar e punir agentes públicos — políticos, policiais, magistrados — que se valem de seu poder para sequestrar o Estado, para impor seus interesses por meio de pressões indevidas, as tais graves ameaças.

Tales Faria

Lula diz que Alcolumbre não defenderá derrubada de Messias

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem dito a aliados que o Senado aprovará o nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente da República afirma entender que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), torcesse pela indicação do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para a vaga, mas que não podia abrir mão de Messias.

Lula diz não acreditar que Alcolumbre trabalhará pela recusa do nome de Messias pelos senadores, na sabatina da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no plenário.

O presidente vê Alcolumbre como um aliado, a quem já deu “várias demonstrações de prestígio”. A maior delas foi a pressão para a possível exploração de Petróleo na Margem Equatorial, próxima ao Amapá.

Mas, segundo Lula, a indicação de ministros do STF é uma atribuição exclusiva do presidente da República.

Na verdade, desde a crise do Mensalão, no seu segundo governo, Lula decidiu que, quando tivesse outra oportunidade, não abriria mão de nomear ministros para o Supremo de sua “total confiança”.

Ele não teve esta oportunidade na época

do Mensalão. Mas agora, nesta sua terceira passagem pelo Palácio do Planalto, é assim que o presidente tem se pautado nas escolhas pata o STF. Indicou seu advogado pessoal, Cristiano Zanin, seu ministro da Justiça, Flávio Dino, assim como o próprio Jorge Messias.

“Gato escaldado tem medo de água fria”, tem dito Lula sempre que defendem a indicação de nomes com os quais não tenha uma ligação pessoal forte.

Lula lembra que boa parte dos ministros do STF da época do Mensalão foram nomeados por ele quando presidente. Naquela época, não levou em conta ligações pessoais. Mas os ministros acabaram por condená-lo, só voltando atrás após as revelações pela Vaza-Jato de que o juiz Sérgio Moro manipulou o julgamento.

Mesmo assim, quando comunicou a Rodrigo Pacheco que ele não seria indicado, e sugeriu que ele concorresse a governador de Minas Gerais, Lula disse ao senador que haveria “uma próxima oportunidade” para sua nomeação.

Apesar do otimismo do presidente em relação a Alcolumbre, é grande a apreensão entre petistas. O Senado tem sido visto como uma barreira contra as decisões da Câmara que prejudicam o governo.

A revisão de pontos da progressão penal também é necessária, chega a ser ofensivo que condenados por crimes graves possam deixar o regime fechado depois de cumprido um sexto da pena; mas é irônico aumentar o rigor quando, na outra ponta, deputados discutem um jeito de diminuir a pena dos que atentaram contra o maior dos nossos bens coletivos, a democracia, base de todos os direitos.

Mas a ânsia punitiva também dá margem para exageros, como o agravamento das punições para integrantes de organizações criminosas. Estabelecida de maneira genérica, punirá não apenas os chefes dessas quadrilhas, mas também jovens envolvidos com o tráfico, muitas vezes encarregados de tarefas que sequer exigem o uso de armas.

São, de um modo geral, pessoas pobres que tiveram poucas oportunidades na vida e foram vítimas de racismo — OK, isso não é motivo para perdoar seus crimes, mas cabe ao legislador ter o cuidado para não cometer o erro de pesar excessivamente a mão e assim impedir qualquer projeto de reinserção social. A política está cheia de exemplos de gente que foi condenada, cumpriu pena e conseguiu voltar para a vida institucional. Não seria justo impedir que outros brasileiros, que ganharam muito menos com o crime, tenham a mesma chance.

Neste momento, o presidente da Câmara, Hugo Motta [Republicanos-PB], é visto no Palácio do Planalto como um aliado da oposição.

Para os petistas Motta foi o principal artífice da estratégia da oposição de colocar a questão da segurança pública como tema de campanha. Ele entregou a relatoria do Projeto de Lei Antifacção, apresentado pelo governo Lula, a um secretário do governador de São Paulo e possível candidato a presidente, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Antes, chegou a derrubar o aumento do IOF para compensar a isenção de pagamento do Imposto de Renda a quem ganha até R\$ 5 mil, quase inviabilizando a proposta o governo.

Para os petistas o relacionamento com Motta só tende a piorar, ainda mais depois que estourou o escândalo do Banco Master e suas ligações com o centrão.

Nos bastidores do PT circula que ainda surgirão mais denúncias contra políticos e, por isso, Motta e Guilherme Derrite tentam descapitalizar a Polícia Federal, que é de onde saem essas investigações.

A tendência, portanto, é de que o governo entre em choque com a Câmara. Por isso, a boa relação com o Senado de Davi Alcolumbre se tornaria cada vez mais necessária.

ca de dez vezes mais do que recebe da União, enquanto outros estados recebem até dez vezes o que arrecadam. Mesmo assim, lidera rankings de competitividade, segurança e empregabilidade. É um caso raro no Brasil de entrega consistente de resultados apesar das estruturas federativas.

O desafio demográfico reforça a necessidade de planejamento. Segundo o IBGE, Santa Catarina ultrapassará o Rio Grande do Sul em população até 2046 e poderá superar o Paraná mais adiante. Isso pressiona infraestrutura, logística, habitação e governança metropolitana. Não há sustentabilidade possível sem pactuação entre entes federados.

A maior ironia do momento é que os desesperançados da Venezuela, país cuja trajetória ainda encontra defensores ideológicos no Brasil, escolhem Santa Catarina como destino. Escolheriam o Rio de Janeiro se fosse mais seguro. Migrações seguem oportunidades reais, não narrativas políticas. O estado que recebe centenas de milhares de pessoas em um único ano não pode ser acusado de exclusão. É, na verdade, vítima de seu próprio sucesso e da má vontade de setores que preferem o discurso ao dado.

O prefeito Topázio está correto ao apontar limites e responsabilidades. Florianópolis está correta ao exigir cooperação. Santa Catarina está correta ao defender a sustentabilidade de seu modelo. E o Brasil só amadurecerá quando superar infantilismos ideológicos e aprender com quem entrega resultados.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

EDITORIAL

O setor público e a diversidade de gênero

A falta de diversidade na esfera pública é um problema estrutural que compromete não apenas a representatividade, mas a própria qualidade do debate democrático. Quando olhamos para quem ocupa cargos de liderança, aparece na mídia, toma decisões políticas ou influencia a formulação de políticas públicas, percebemos um padrão que se repete: são, majoritariamente, as mesmas vozes, os mesmos grupos sociais, as mesmas experiências. Essa homogeneidade não é fruto do acaso, mas resultado de barreiras históricas que limitam a participação plena de mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outras minorias sociais.

O problema começa pelo acesso desigual às oportunidades. A esfera pública costuma exigir capital cultural, redes de contato e recursos que muitos simplesmente não têm. Mesmo quando indivíduos de grupos sub-representados conseguem superar essas barreiras, enfrentam ambientes hostis, marcados por racismo, machismo, capacitismo e preconceitos sutis que minam credibilidade e participação. Assim, a falta de diversidade não é apenas ausência de corpos diferentes, e sim a presença ativa de mecanismos de exclusão.

Outro agravante é a persistência de uma ideia de neutralidade que, na prática, favorece sempre os mesmos grupos. Há quem defenda que competência é a única medida necessária, ignorando que critérios de “competência” frequentemente são moldados por uma cultura dominante que reconhece mais facilmente o mérito de quem se parece com ela. A esfera pública não é um terreno neutro: ela reflete hierarquias de poder

profundamente enraizadas.

Essa falta de diversidade tem consequências concretas. Decisões importantes são tomadas sem considerar a realidade de grande parte da população. Políticas públicas que não contemplam a pluralidade de vivências tendem a ser ineficazes, injustas ou excludentes. Além disso, o debate público empobrece quando é conduzido por poucos, já que perde complexidade, criatividade e capacidade de inovação. Sociedades diversas tendem a produzir ideias mais ricas e soluções mais abrangentes, justamente porque enxergam o mundo a partir de múltiplas perspectivas.

Também é preciso reconhecer que a ausência de diversidade afeta diretamente a confiança nas instituições. Quando as pessoas não se veem representadas, sentem que suas demandas não são levadas a sério. Isso enfraquece o engajamento cívico e alimenta descrença política. A representatividade, portanto, não é apenas um gesto simbólico, mas um pilar essencial para fortalecer a democracia.

Promover diversidade na esfera pública exige ações concretas: políticas de inclusão, ampliação de espaços de fala, combate ativo às discriminações e revisão dos critérios que regulam acesso e participação. Não basta abrir portas: é preciso garantir que todos tenham condições reais de atravessá-las.

A falta de diversidade não é um problema inevitável; é um sintoma de escolhas políticas, culturais e institucionais. E justamente porque é resultado de escolhas, que pode ser transformado. A esfera pública só cumprirá plenamente sua função quando refletir, em sua complexidade, a sociedade que pretende servir.

Cinema e tecnologia no Rio de Janeiro

A maior graça do cinema é que a 7ª Arte pode ser utilizada para debater e conscientizar diversos temas da sociedade. E é isso que a Mostra Tecnologia e Cinema, que acontece na próxima terça (25), no Cinesystem Belas Artes Botafogo, no Rio de Janeiro, busca.

O clássico ‘Blade Runner’ (1982) será o destaque da próxima edição da Mostra, que propõe um diálogo entre cinema e inovação, e convida o público a refletir sobre como as tecnologias moldam a sociedade e o imaginário coletivo. Em sua nova sessão, o evento revisita o filme que revolucionou a ficção científica ao abordar temas que seguem cada vez mais atuais, como inteligência artificial, identidade e ética na criação tecnológica.

A exibição será seguida de um debate com Paula Martini, futurista, especialista em inovação e tecnologia e fundadora da

Internet das Pessoas, iniciativa voltada para o letramento digital e a educação midiática. A mediação ficará por conta de Célia Noel, coordenadora-geral de pós-graduação no Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS-Rio).

Para Martini, ficção científica é especulação. “Embora fale de futuros, ela nasce no presente, e pode carregar perspectivas distópicas ou utópicas. Em tempos de virtualidade, assistir e debater presencialmente as camadas desse clássico pode nos ajudar, também, a refletir onde estamos investindo a energia do nosso presente, e sobre que tipo de futuros, desejáveis ou indesejáveis, estamos optando por especular”, afirma.

Lançado em 1982, Blade Runner fala sobre um futuro dominado por grandes corporações e tornou-se uma referência cultural e um dos filmes mais influentes da história.

Correio da Manhã
Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br
Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

PINGA-FOGO

■ **LULA RESOLVE PEITAR O SENADOR ALCOLUMBRE** - A indicação do Ministro da AGU, Jorge Messias, para a vaga do ministro Luís Barroso no STF, foi um ato corajoso do presidente Lula, que tem no Senado o freio para um parlamento hostil.

■ O presidente do Congresso e do Senado, Davi Alcolumbre, tem um pacto com o seu antecessor Rodrigo Pacheco que é muito maior do que gratidão. A liberação das pautas bombas pelo Senado deixará o governo nas cordas.

■ **Uma das pautas bombas é a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a reeleição para cargos no poder Executivo.**

■ **PRENÚNCIO NO INCÊNDIO DA COP** - De uma velha raposa da política nacional: o fogo na COP 30 foi apenas um prenúncio do incêndio florestal que o governo enfrentará no Senado. Tanto na COP como no Senado não faltou aviso.

■ **O VALE TUDO PARA CONTER ALCOLUMBRE** - A ministra Gleisi Hoffmann, e outras cabeças coroadas do Planalto, afirmam que Davi Alcolumbre será domesticado da sua rebeldia por fatores familiares. O seu irmão é um dos responsáveis de fundos de pensão prejudicados com a liquidação do Master.

■ **BRIGA DE PEIXEIRAS: RUEDA JURADO DE 'MORTE' POR LULA** - O presidente Lula tem jurado de morte o presidente do União Brasil, Antônio Rueda. Há alguns dias, em sua passagem por Brasília, no intervalo da COP 30, ele disse cobras e lagartos de Rueda, ao qual jurou de morte, morte política é lógico. Talvez isso explique o empenho do ministro Fernando Haddad e do diretor geral da PF, Andrei Rodrigues, em se dedicar a encher o paiol de munições contra o co-presidente da Federação União Progressista. Uma curiosidade: Lula e Rueda são pernambucanos. Só o regionalismo explica este ódio. No sertão pernambucano este tipo de vingança passa de geração a geração. Coisa que o povo de Caetés conhece de sobra.

■ **A NOVA FORMA DE EXECUTAR ADVERSÁRIOS** - O núcleo do PT do Lula3 está atualizando as velhas técnicas de guerrilha de eliminar adversários, nas quais o estrategista José Dirceu se graduou com distinção. Não se usa mais facão, adaga, bombas, granadas, baioneta, arsênico ou tiro na testa, aliás, o Zé tinha a fama, entre os camaradas, de exímia pontaria. As armas que os novos mercenários da esquerda possuem hoje são outras: Coaf, PF, maioria no STF, Receita e, agora, Banco Central. Na nova fase de eliminar adversários, está sendo incluída também a abdução do TSE.

■ Nos seus discursos após eleição, ele prometeu fulminar Bolsonaro. Alguém duvida que tiveram êxito? Em tempo: Lula não esconde o desejo de ver o seu antecessor na Papuda.

■ **NUNCA JAKUES WAGNER REZOU TANTO** - As armas petistas para liquidar adversários podem ter efeito colateral na base aliada. Um dos casos é o efeito bumerangue no núcleo histórico do petismo baiano, responsável pelo fermento que fez o antigo banco Máxima, depois Master, crescer tanto. É só pegar a lista dos petistas baianos ilustres que se beneficiaram com os voos na aeronave do ex-sócio baiano do Master. O senador Jaques Wagner é quem tem pedido juízo à turma de incendiários do Planalto. Tem milhões de razões para rezar na Igreja do Senhor do Bonfim e pedir proteção.

■ **O PRÊMIO DE CONSOLAÇÃO DE BRUNO DANTAS** - O ministro do TCU, Bruno Dantas, é um 'ás' da sobrevivência política e da sua habilidade de construir cenários favoráveis à sua ambição. Preterido na vaga de Barroso para o STF, ele negociou bem o seu prêmio de consolação. Vai para a iniciativa privada, mas ganhou a promessa de indicar o seu sucessor na corte de contas da União. O seu candidato é o seu advogado de estimação, que sempre segue os seus passos e senta nas cadeiras que ocupou, com boa atuação nas conciliações apadrinhadas pelo TCU. Coisas entre baianos.

■ **A SELETIVIDADE QUE O BC TERÁ DE EXPLICAR** - O plim-plim da Globo se fez presente na liquidação seletiva do Banco Master. E o pior, realmente com a presença de capital Árabe. Muita coisa para o Banco Central explicar. Na próxima segunda-feira, a coluna revela a razão desta seletividade que vale muitas barras de ouro. Um bom fim de semana prolongado.

■ **O LADO APACHE DE FERNANDO HADDAD** - O ministro Fernando Haddad é o mais atuante do grupo petista que quer destruir os adversários. O foco de Haddad é mais regional: Gilberto Kassab e o governador Tarcísio de Freitas. Ele tem dito que explode os dois até o Natal. Vai ganhar o esculpo de Kassab e Tarcísio como presente natalino.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



Fotos: Lucas Alvarenga

Fundador da Orla Rio, João Barreto recebeu amigos para celebrar seus 80 anos no Roxy Dinner Show, em Copacabana, na última terça-feira, 18 de novembro

‘João Barreto: 80 anos de mar e coragem’

Na última terça-feira (18), o Roxy Dinner Show, em Copacabana, foi palco de uma celebração memorável pelos 80 anos de João Barreto, fundador da Orla Rio. Amigos, familiares, autoridades e parceiros se reuniram para prestigiar o empresário cearense que ajudou a transformar a orla carioca, em uma noite intitulada “João Barreto: 80

anos de mar e coragem”. A trajetória de João Barreto, que começou com uma simples carrocinha de água de coco na Barra da Tijuca e evoluiu para a gestão de 309 quiosques ao longo de 34 km de praia, foi destacada com grande reconhecimento. Mais do que comemorar os seus 80 anos de ida-

de, a noite representou uma homenagem ao legado de um homem cuja visão impactou diretamente a identidade do Rio. O evento contou com a presença de autoridades como o presidente da Câmara do Rio, Carlo Caiado e a secretária Taina de Paula, entre outros que estiveram na noite de prestígio a João Barreto.



O anfitrião João Barreto com o presidente da Câmara, vereador Carlo Caiado; o VP da Orla Rio, Leonardo Maciel; e o deputado Mersinho Lucena



Pai e filho durante a comemoração no Roxy. O aniversariante João Barreto (e) com João Marcello (d), presidente da Orla Rio



O aniversariante João Barreto ladeado pela presidente do Lide RJ, Andréia Repsold (e); e pela advogada Tatiana Binato (d)



Durante a apresentação no Roxy aos 80 anos do fundador da Orla Rio, João Barreto com sua filha Gigi Barreto



A secretária Municipal de Meio Ambiente e Clima do Rio, Tainá de Paula, prestigiando os 80 anos de João Barreto



Na seq.: João Marcello, presidente da Orla Rio; o fundador João Barreto; e os empresários Alexandre Accioly e Tito



Setur-RJ

O último evento do projeto reuniu no Rio agentes de viagens, operadores, atrativos turísticos, hotéis, receptivos e representantes de municípios das 12 regiões turísticas do estado

Experiência Rio de Janeiro encerra edição 2025 na capital com recorde de participação e integração do trade

A edição final do Experiência Rio de Janeiro 2025 reuniu na capital fluminense agentes de viagens, operadores, atrativos turísticos, hotéis, receptivos e representantes de municípios das 12 regiões turísticas do estado. Considerado um dos maiores e mais estruturados projetos de promoção turística do Rio, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Turismo (Setur-RJ) e pela TurisRio, o evento encerrou o ano reforçando o papel estratégico do turismo para a economia fluminense, fortalecendo a integração do trade e ampliando a visibilidade dos destinos regionais. Ao longo de 2025, o projeto percorreu 14 cidades, incluindo Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Porto Alegre, Recife e São Paulo, conectando o trade local a profissionais do turismo e promovendo capacitações qualificadas. Cada etapa recebeu, em média, 150 agentes de viagens, totalizando aproximadamente 2.100 profissionais capacitados ao longo do ano.



O secretário de Estado de Turismo, Gustavo Tutuca, e o presidente da TurisRio, Sergio Ricardo de Almeida, durante apresentação de dados e projeções para 2026



Setur-RJ

Espaço divulgando o turismo do estado do Rio no MSC Preziosa

Turismo fluminense em alto mar

A Setur-RJ e a TurisRio estiveram a bordo do MSC Preziosa acompanhando de perto o cruzeiro temático “Cabaré”, que reuniu o cantor Leonardo e uma programação musical intensa ao longo de vários dias de navegação neste feriado. A equipe embarcou para promover ações de promoção turística em uma parceria histórica com a PromoAção, levando a divulgação turística do RJ para dentro dos cruzeiros temáticos de artistas nacionais. Com um estande instagramável, a Setur-RJ e a TurisRio apresentaram aos passageiros os atrativos das 12 regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro, exibindo vídeos oficiais, distribuindo materiais de divulgação e interagindo com os turistas. O espaço rapidamente virou ponto de encontro dos viajantes, atraindo grupos de amigos, famílias e fãs das atrações musicais do cruzeiro.

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Renato Alves/Agência Brasília



Ibaneis disputa o Senado e Celina o governo

Rolo do BRB/Master suspende os planos de Ibaneis

Estava marcada para esta quarta-feira (19) a filiação de Luiz Eduardo Estevão Lira ao Progressistas (PP). Luiz Eduardo é neto do ex-senador Luiz Estevão, primeiro senador da República com mandato cassado pelas acusações de corrupção na construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. Foi preso também por isso. É neto também do ex-sena-

dor paraibano Raimundo Lira. Luiz Eduardo vai presidir a ala jovem do PP e é aposta também para se eleger deputado distrital. Ou era. O rolo envolvendo os negócios do Banco Regional de Brasília (BRB) com o Banco Master levou à suspensão do ato de filiação. Enquanto aguarda os desdobramentos do escândalo, o governador Ibaneis Rocha (MDB) adiou todos os passos.

Luiz Estevão

A filiação de Luiz Eduardo ao PP selaria a aproximação política de Luiz Estevão, hoje empresário, com Ibaneis. O projeto do governador é se eleger senador e eleger a vice-governadora Celina Leão como governadora, numa aliança, portanto, entre o MDB e o PP.

Progressistas

O problema agora é que o rolo envolvendo o BRB e o Master não envolve somente Ibaneis. Esbarra também no Progressistas. As investigações apontam indícios fortes de participação do presidente do partido, senador Ciro Nogueira (PI) nas transações.

Pedro França/Agência Senado



Ciro Nogueira faz 56 anos na sexta-feira

Ciro Nogueira faz aniversário no meio da confusão

Na sexta-feira (21), Ciro Nogueira completará 56 anos. E está prevista uma grande festa no Terraço Itália, o restaurante de alta gastronomia que fica no 41o andar de um edifício na Avenida Ipiranga, em São Paulo. A festa não está desmarcada, como a filiação de Luiz Eduardo Estevão Lira. Mas certamente ficará empanada

pelas denúncias e pela preocupação com seus desdobramentos. Nos bastidores do Palácio do Buriti, duas preocupações eram alvo de comentários: o aparecimento de novas denúncias e a possibilidade de o Banco Central decretar uma intervenção no BRB. O rolo soma-se a preocupações políticas que já havia.

CPI

Na quarta-feira, o deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) começou a colher assinaturas para a instalação de uma CPI para investigar o BRB/Master. “A instauração (...) se faz urgente (...) para apurar (...) um dos maiores (...) esquemas de fraude financeira (...) do país”.

Bloqueio

Na noite de terça-feira (18), uma decisão da 10a Vara Federal de Brasília suspendeu decisão anterior que determinava o bloqueio de R\$ 12,2 bilhões das contas e bens do próprio BRB. A decisão repassou o bloqueio somente para os dirigentes do banco responsáveis.

Risco sistêmico

“Diante da profundidade das irregularidades, da extensão territorial das operações (...), a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco Master é uma medida de transparência e de defesa do interesse público que se impõe de forma urgente”, completa Rollemberg.

Costa

No caso, especialmente, o ex-presidente afastado por 60 dias do cargo Paulo Henrique Costa. A mudança no posicionamento gerou um alívio para o banco e para o GDF e deve ter levado em conta a situação de correntistas e a solvência da instituição.



Valdemir Barreto/Agência Senado

Vieira sinaliza mudanças no PL Antifacção

Lula indica Messias e embola jogo no Senado

Nome contraria Alcolumbre e pode atrapalhar Antifacção

Por Rudolfo Lago

As primeiras manifestações do relator do PL Antifacção no Senado, Alessandro Viera (MDB-SE), animaram o governo. Como antecipou o Correio Político na quinta-feira (19), Vieira declarou que não permitirá em seu texto qualquer medida que venha a enfraquecer e descapitalizar a Polícia Federal. Agora, o relator no Senado afirma ver algumas inconstitucionalidades no texto aprovado na Câmara. Claras sinalizações, considera o governo, de mudanças.

Mas a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF) pode trazer dificuldades na tramitação.

Em pleno feriado do Dia da Consciência Negra, Lula confirmou o nome de Jorge Messias para a vaga aberta com a saída da Corte do ministro José Roberto Barroso. A indicação contraria a vontade do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e pode trazer dificuldades para o PL Antifacção, e até mesmo para que o Senado aprove a indicação de Messias.

A possibilidade de alteração no texto é onde se agarra agora o governo para reverter um quadro que avalia não lhe ficou favorável com a aprovação do relatório de Derrite na quarta-feira (18), com 370 votos favoráveis e 110 contrários.

No entorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, alguns avaliaram ter sido um erro o governo no momento anterior quando foi rejeitado o destaque que dava preferência à proposta original do governo, a estratégia deveria ter sido revertida. O destaque foi rejeitado com 355 votos contrários, o que já sinalizava o forte apoio ao projeto de Derrite. Nessa avaliação, o governo deveria, então, ter aprovado o texto do relator, pontuando as suas críticas e desde aquele momento trabalhando para modificar esses pontos no Senado. Mas a orientação vinda de Lula não foi essa: o governo deveria ser contrário.



José Cruz/Agência Brasil

Escolha de Jorge Messias para o STF complica ambiente no Senado

Reforço

Agora, diante disso, a orientação de Lula é remarcar as críticas ao texto de Derrite, pontuando a ideia de que ele pode enfraquecer a atuação da Polícia Federal e, nessa linha, enfraquecer o próprio combate ao crime organizado. O principal ponto de crítica é a retirada de recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), desviando esses recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública e para fundos estaduais que têm o mesmo propósito.

Há também críticas à mudança do termo “facção criminosa” para “organização criminosa” porque isso poderia sobrepor o texto à legislação que já existe, produzindo confusão jurídica.

Na quarta-feira, Lula fez críticas ao texto nessa linha. “Trocar o certo pelo duvidoso só favorece quem quer escapar da lei”, disse o presidente, nas suas redes sociais.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também criticou o projeto. “Por melhor que tenha sido a intenção, ela vai numa direção absolutamente contrária do que se pretende. Ela facilita a vida dos líderes do crime organizado e asfixia financeiramente a Polícia Federal e fragiliza as operações de fronteira da aduana, que é da Receita Federal”, afirmou.

Hugo Motta

Na linha do desgaste que alguns no Planalto temem, o presidente da Câmara, Hugo Mot-

ta (Republicanos-PB), criticou o governo por ter votado contra o projeto.

“Penso que o governo ter ficado contra foi um erro”, disse Motta na quarta-feira. “Primeiro, porque está indo contra um anseio da sociedade. Você acha que o cidadão está satisfeito com a segurança pública do país? Acha que a dona de casa que vê seu filho muitas vezes sair para ir à escola ou trabalhar sem saber se ele volta quer saber qual o número da lei, quem é o presidente da Câmara ou o relator da matéria? Não”, disse Motta em entrevista à Jovem Pan.

Vieira

No Senado, o projeto chegou com a impressão de que a virulência do embate político entre governo e oposição acabou por prejudicá-lo. Desde o fato de Motta ter escolhido Derrite como relator. Motta é do mesmo partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, um dos nomes colocados para a disputa presidencial com Lula em 2026. Derrite era secretário de Segurança Pública de São Paulo. Para relatar o projeto, Motta exonerou-o do cargo, o que entregava no colo de Tarcísio a solução para a segurança pública. Isso politizou o embate desde o início, contaminando-o.

Já de saída, Vieira pediu ao governo que, na etapa no Senado, evite que o mesmo aconteça. Esse foi o seu apelo em conversa com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Vieira disse a Lewandowski que os dis-

cursos feitos pelos governistas atacando o Congresso na etapa de discussão na Câmara teriam sido muito violentas. E que algo na mesma linha poderia prejudicar a tramitação no Senado.

STF

As primeiras reações de Alcolumbre à indicação de Messias para o STF são inquietantes para o governo. Lula sempre sinalizou sua preferência por Messias. E Alcolumbre pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Por conta dessa situação, Lula adiou a indicação, ganhando tempo para encontrar uma solução. No início da semana, ele teve uma conversa com Pacheco. Na qual disse que seu nome de preferência era outro. E tentou convencer Pacheco a disputar o governo de Minas Gerais. Lula precisa de um nome forte na disputa por Minas, segundo colégio eleitoral do país, e que costuma ser decisivo na disputa eleitoral pela Presidência. Pacheco ficou de estudar a situação, embora tenha dito que sua preferência é por sair da vida política ao final do seu mandato como senador.

Já Alcolumbre seguiu dando indicações de que continuaria brigando por ver Pacheco no STF. Embora a indicação para a vaga seja do presidente, a palavra final é do Senado, que sabatina e aprova (ou não) o indicado.

Tem-se que esse embate possa acabar contaminando o ambiente no Senado, prejudicando também outros projetos.

Acórdão abre margem para prisão de Jair Bolsonaro

Início do cumprimento da pena pode acontecer

A publicação do acórdão que negou os primeiros recursos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no caso da trama golpista abre margem para Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinar o início do cumprimento da pena a partir da próxima semana.

Essa é a conclusão a que chegaram advogados consultados pelo jornal Folha de S. Paulo, com base nos prazos restantes para a defesa, nos instrumentos ainda à disposição dos advogados do ex-presidente e na expectativa sobre os caminhos que os ministros podem tomar.

Rapidez

A projeção considera a rapidez característica de Moraes no caso e a jurisprudência pacificada na Corte sobre o cabimento dos chamados embargos de declaração e embargos infringentes.

Acórdão publicado na terça-feira (17) trata do julgamento que rejeitou os primeiros embargos de declaração opostos por Bolsonaro contra decisão que o condenou a 27 anos e três meses de prisão sob acusação de líder uma tentativa de golpe de Estado.

Agora, os advogados do ex-presidente podem opor novos embargos de declaração ou embargos infringentes. Os embargos de declaração são um recurso que permite esclarecer um ponto de uma decisão. Eles devem ser apresentados no prazo de cinco dias.

Os embargos infringentes, por sua vez, possibilitam a re-discussão do mérito de ações penais, mas, por um entendimento do próprio Supremo, são um recurso cabível somente no caso de pelo menos dois ministros terem divergido dos demais. Isso não ocorreu no caso de Bolsonaro. Ele teve quatro votos pela condenação e apenas um, de Luiz Fux, pela absolvição.

Jurisprudência

O professor de direito processual penal da USP Gustavo Badaró diz considerar a interpretação um erro, porque o regimento da Corte não exige



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Jurisprudência e rapidez podem levar à decretação da prisão

os dois votos, mas afirma que a jurisprudência está consolidada nesse sentido e não deve ser revista.

Cenário semelhante ocorreu no julgamento de recursos interpostos pela defesa do ex-presidente Fernando Collor, condenado pelo STF em 2023 pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro sob acusação de envolvimento em esquema na BR Distribuidora.

O tribunal já havia rejeitado os embargos de declaração apresentados por Collor e, de forma monocrática, Moraes rejeitou os embargos infringentes e determinou o cumprimento imediato da pena de prisão.

A justificativa, também estendida a recursos de outros dois condenados no caso, foi que os recursos tinham caráter protelatório, ou seja, visavam a atrasar o cumprimento da pena.

Agravo interno

Caso Moraes de fato profira uma decisão monocrática nesse sentido, a defesa de Bolsonaro pode recorrer, com um recurso chamado agravo interno, que poderia levar o caso ao colegiado da Primeira Turma. O próprio Moraes também pode fazê-lo ao levar a decisão para referendo dos colegas.

Os embargos infringentes podem ser apresentados em até 15 dias a partir da publicação da decisão de mérito de um julgamento. No caso de

Bolsonaro, isso ocorreu em 22 de outubro. Como a contagem foi interrompida com os embargos declaratórios, se esse prazo for aplicado, irá até 1º de dezembro.

Regime fechado

Mas segundo Pamela Torres Villar, especialista em direito penal pela Universidade de Coimbra, a jurisprudência sobre o cabimento dos embargos infringentes pode servir de base para decretação do regime fechado já na próxima semana. Para ela, como o recurso não é tecnicamente cabível, o trânsito em julgado pode ser decretado antes mesmo do fim do prazo para interposição.

Em tese, a defesa ainda pode apresentar novos embargos de declaração caso entenda que a resposta ao questionamento anterior segue com pontos obscuros.

Mas também nessa hipótese o caso de Collor serve de precedente, e o risco para a estratégia jurídica de Bolsonaro permanece: Moraes pode declarar o recurso “meramente protelatório”.

Outro fator que pode pesar para a decretação da prisão na próxima semana, segundo Pamela, é a rapidez na condução do processo. “O gabinete dele [Moraes] é muito célere. Não só nesses casos de grande repercussão. No geral, é um gabinete bem produtivo. Eles costumam soltar decisão

bastante rápido”, diz.

O criminalista Renato Vieira, doutor em direito processual penal pela USP, diz que o caso de Bolsonaro exemplifica o problema do julgamento de ações penais diretamente pelo STF, sem outro grau de jurisdição.

Embargos infringentes e de declaração, únicos recursos possíveis para a defesa dos réus nesse caso, não são recursos de revisão ampla, como seria uma apelação para a segunda instância. “Isso abre um problema de configuração do sistema brasileiro”, diz. “E o Supremo tem que lidar com isso.”

Eduardo

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) incluiu o nome do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) na Dívida Ativa da União.

A Procuradoria atendeu a um pedido da Câmara dos Deputados. Eduardo, que está nos Estados Unidos desde fevereiro, deve R\$ 13,9 mil por ausências não justificadas em sessões.

O valor corresponde a quatro faltas de março. As ausências foram registradas quando o deputado já estava nos Estados Unidos, mas ainda não tinha iniciado o período de licença parlamentar, que começou em 18 de março.

Arthur Guimarães de Oliveira, João Pedro Abdo e Victoria Bechara (Folhapress)

Congresso Nacional volta a discutir dosimetria das penas

A possibilidade de prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em regime fechado, diante da proximidade do fim dos recursos no Supremo Tribunal Federal (STF) contra sua condenação, fez com que integrantes da cúpula do Congresso Nacional retomassem nos bastidores a discussão sobre o projeto de redução de penas, em uma estratégia para aliviar a pressão pela anistia.

O relator do projeto na Câmara, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), afirmou a interlocutores que pretende aprovar o projeto já na próxima terça-feira (25), em uma ação combinada para análise no Senado na mesma semana.

Líderes partidários ouvidos pela reportagem dizem que não foram consultados sobre a votação. Procurado, Paulinho não respondeu aos contatos.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-



Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Bolsonaro foi condenado pelo STF a 27 anos de prisão

-PB), afirmou em entrevistas que aguarda o relator protocolar o parecer “nos próximos dias” para levar o assunto à deliberação do colégio de líderes

partidários, que é consultado para definir quais projetos são votados semanalmente.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Bra-

sil-AP), ainda seguiria resistente, mas aliados tentam convencê-lo a aceitar a redução de penas dos condenados pelos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023 às sedes dos três Poderes – tese que ele mesmo defendeu, ao prometer seguidas vezes apresentar um projeto sobre o assunto.

Antes da prisão

Aliados de Alcolumbre e de Paulinho dizem que o ideal era aprovar o projeto antes da prisão de Bolsonaro, o que faria com que o assunto já estivesse tratado e evitasse um novo clima de manifestações e pressão sobre os políticos de centro e centro-direita.

A intenção da cúpula do Congresso é que o projeto trate apenas de uma redução de penas, que permita tirar da prisão os condenados por menor tempo e reduzir o tempo de Bolsonaro no regime fechado.

Raphael Di Cunto e Ranier Bragon (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Para Rangel, a origem dos cartuchos é fundamental

‘É preciso rastrear a munição dos criminosos’

Ex-consultor do Escritório de Armas e Crimes da ONU, o sociólogo Antônio Rangel Bandeira lamenta que as discussões sobre a criminalidade tendam a minimizar algo fundamental, o fluxo de munições.

Frisa que mesmo no caso da megaoperação nos complexos de favelas do Alemão e da Penha pouco se fala na necessidade de apurar

as origens dos cartuchos usados por integrantes do Comando Vermelho. Informação essencial até para que seja desvendada a logística que abastece as quadrilhas.

“Todo mundo fala nas armas, mas pouco se comenta sobre a munição. Fuzil sem bala não serve para nada”, destaca. Para ele, esse menosprezo tem a ver com ignorância, mas também com interesse.

Desmarcados

Diz haver uma resistência muito grande em se criar mecanismos que ampliem o controle de munição, mercado que movimenta mais dinheiro do que o de armas. No Brasil, apenas cerca de 23% dos cartuchos são marcados, os vendidos para Forças Armadas e polícias.

Lobby

Ou seja, a munição vendida legalmente para cidadãos comuns não recebe qualquer tipo de marcação, o que impede seu rastreamento. Segundo ele, o lobby contra o controle de munição é “violentíssimo”, o que dificulta a adoção de medidas mais efetivas.



Juíza Patrícia Acioli, assassinada por PMs em 2011

Lotes numerados deveriam ser menores, adverte

Pelas normas brasileiras, a marcação ocorre a cada lote de dez mil cartuchos — todos recebem a mesma numeração. Rangel, porém, considera este número muito alto, afirma que o melhor seria limitar esses lotes a cinco mil ou mesmo de três mil unidades.

Ressalta que a numeração a cada bloco de dez

mil dificulta a identificação de cartuchos distribuídos por uma secretaria de Segurança a diversas delegacias. Lembra que o assassinato da juíza Patrícia Acioli, em 2011, só resolvido graças ao rastreamento das balas usadas no crime — todas tinham faziam parte de um lote entregue a um batalhão da Polícia Militar.

Marielle

Rangel lembra que a excessiva quantidade de cartuchos com a mesma identificação é que impediu um rastreamento mais efetivo da munição utilizada no assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018. As balas tinham sido compradas pela Polícia Federal.

Made in Brazil

Ele aponta um outro dado: um levantamento feito pela Polícia Civil do Rio concluiu que 85% da munição utilizada por traficantes de drogas havia sido fabricada no Brasil; portanto seria mais facilmente controlável se houvesse normas mais rígidas.

Raposa

Mas, destaca, não dá nem pra dizer que há respeito à norma de marcação de cada lote de dez mil cartuchos. Isto porque o Exército repassou para a Companhia Brasileira de Cartuchos, fabricante quase monopolista, a tarefa de fiscalizar a identificação que faz.

Cultura

Rangel, autor do livro “Armas para quê?”, afirma ser muito ruim que não haja, nas polícias, uma cultura de identificação e de rastreamento da munição usada por criminosos “Seria mais fácil apreender cartuchos usados no Alemão do que armas”, exemplifica.

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Debate sobre segurança pública virou foco de Lula

Lula sanciona PL que libera R\$ 5 bi anuais para defesa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, sem vetos, um projeto aprovado pelo Congresso Nacional que permite ao governo investir até R\$ 5 bilhões por ano nos próximos seis anos em projetos estratégicos de defesa nacional, sem contar para a meta fiscal. Segundo o texto divulgado no Diário Oficial da União (DOU), os gastos fora da meta fiscal devem

incentivar o crescimento da Base Industrial de Defesa. Entre os principais beneficiados estão o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). Além disso, o projeto permite que os superávits dos fundos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica sejam usados para esses projetos prioritários.

Fora da meta

Para o ano de 2025, está autorizado que 60% dos R\$ 5 bilhões fiquem fora da meta fiscal. Os economistas do mercado financeiro reduziram a estimativa de inflação de 2025 de 4,55% para 4,46%. A expectativa faz parte do boletim “Focus”, divulgado pelo Banco Central (BC).

Projeção

É a primeira vez desde dezembro do ano passado que a projeção dos economistas dos bancos para 2025 fica abaixo do teto de 4,5% do sistema de metas de inflação. Desde o início de 2025, com a adoção do sistema de meta contínua, o objetivo é manter a inflação em 3%.



Biometria do TSE compõe base de dados do governo

Novos prazos para adoção da biometria de beneficiários

O governo regulamentará a adoção gradual do cadastro biométrico obrigatório para concessão e procedimentos regulares de manutenção e renovação de benefícios da Seguridade Social. A medida integra a agenda de transformação digital e aprimoramento da segurança dos programas sociais. A exigência de

biometria, aprovada pelo Congresso Nacional, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2024 e regulamentada por decreto em julho de 2025, tem como objetivo assegurar que o benefício chegue a quem realmente tem direito, proteger recursos públicos e fortalecer o combate a fraudes.

Cadastrados

Dos cerca de 68 milhões de beneficiários dos programas sociais, dos quais 84% já possuem biometria cadastrada. A biometria reduz tentativas de fraudes e golpes em programas sociais, evita que sejam usadas informações de terceiros para obtenção de benefícios.

CIN

A Carteira de Identidade Nacional (CIN) será a base principal para o cadastro biométrico. De forma transitória, também poderão ser usadas outras bases oficiais, como as da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o título de eleitor gerido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Sem bloqueio

Não haverá bloqueio automático de benefícios nem necessidade de deslocamento imediato às unidades de atendimento de cada política. A adoção será gradual, com prazos amplos para adaptação da população e comunicação para evitar desinformação.

Prazos

21 de novembro de 2025: decreto entra em vigor e passa a priorizar a Carteira de Identidade Nacional como base biométrica. 1º de maio de 2026: para quem já tem biometria cadastrada nada muda. 1º de janeiro de 2027: beneficiários precisarão ter biometria cadastrada.

PF investigará fundos com negócios com o Master

Danos da liquidação do banco devem passar o valor estimado

Por Martha Imenes

Os danos que a liquidação do Banco Master deve causar a seus correntistas e investidores devem ultrapassar os R\$ 12,2 bilhões bloqueados, diversos carros de luxo, obras de arte e relógios e bens apreendidos pela Polícia Federal. Além de correntistas, o banco tinha como clientes estados e municípios. A liquidação do Master foi determinada pelo Banco Central na terça-feira (18). Vercaro é investigado por emissão de títulos de crédito sem lastro e por oferecer CDBs com rendimentos até 40% acima do mercado.

Ao todo são 18 entes que fizeram aportes em letras financeiras emitidas pelo banco por meio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que totalizam cerca de R\$ 2 bilhões. Os estados do Amapá, Amazonas e do Rio de Janeiro,



Daniel Vercaro: fundos previdenciários suspeitos

têm, respectivamente, aportes de R\$ 400 milhões, R\$ 50 milhões e R\$ 970 milhões no RPPS, responsável pelo pagamento de aposentadoria e pensões aos servidores dos estados. Fora os municípios. A Polícia Federal (PF) vai investigar operação bilionária do banco com fundos de previdência.

A liquidação extrajudicial do Banco Master se deu em razão

da “grave crise de liquidez” e das “graves violações” às normas do sistema financeiro pela instituição, segundo o Banco Central. O que chamou atenção da autoridade monetária foi o balanço do banco não “fechar”.

Com as contas no vermelho o dono da instituição Daniel Vercaro complementava o valor para que o balano ficasse no azul. Não ficou claro, no entanto, de onde provinham esses “recursos do próprio bolso”.

O montante exposto à liquidez do Master é de R\$ 1,86 bilhões. De acordo com informações da autarquia, atualizadas em março de 2025, o patrimônio líquido do Banco Master é de R\$ 3,214 bilhões. A instituição possuía, no mesmo período, R\$ 86,4 bilhões em ativos e R\$ 83,2 bilhões em passivo.

Lista e valores

•Angélica (MS): R\$ 2 milhões

- Aparecida de Goiânia (GO): R\$ 40 milhões
- Araras (SP): R\$ 29 milhões
- Cajamar (SP): R\$ 87 milhões
- Campo Grande (MS): R\$1,2 milhão
- Congonhas (MG): R\$ 14 milhões
- Estado do Amapá (AP): R\$ 400 milhões
- Estado do Amazonas (AM): R\$ 50 milhões
- Estado do Rio de Janeiro (RJ): R\$ 970 milhões
- Fátima do Sul (MS): R\$ 7 milhões
- Itaguaí (RJ): R\$ 59,6 milhões
- Jateí (MS): R\$ 2,5 milhões
- Maceió (AL): R\$ 97 milhões
- Paulista (PE): R\$ 3 milhões
- Santa Rita D'Oeste (SP): R\$ 2 milhões
- Santo Antônio de Posse (SP): R\$ 7 milhões
- São Gabriel do Oeste (MS): R\$ 3 milhões
- São Roque (SP): R\$ 93,15 milhões

O que acontece com os clientes?

De acordo com João Gabriel Araujo, professor de Economia do Ibmec Brasília, eles terão que fazer cadastro no aplicativo do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). “Através desse cadastro, quando forem liberados os da-

dos por parte do Banco Master, o FGC, vai fazer uma análise desses dados e os correntistas e investidores que tiverem até R\$ 250 mil poderão requerer os valores pleo aplicativo”, explica. Para o caso de pessoas com

valores acima de R\$ 250 mil, já garantidos pelo FGC, será necessário ingresso com ação judicial.

“A partir do momento que a pessoa teve dinheiro lá, fez investimento, foi correntista, teve carteira de poupança, entre

outras questões, ela vai ter que acionar a justiça para requerer o restante dos valores com base nos ativos do Banco Master, que vão ter que ser ressarcidos mais através de processos judiciais”, explica o professor.

De viagens internacionais à cela na PF

De viagens internacionais, luxo e festas milionárias à uma cela da Polícia Federal. A trajetória do banqueiro Daniel Vercaro, 42 anos, dono do Banco Master, daria pra fazer um filme.

Mineiro de Belo Horizonte e formado em Economia, Vercaro se projetou nacionalmente ao aproximar o Banco Master de operações com o governo do Distrito Federal por meio

do BRB. Ele também é acionista da SAF do Atlético-MG, com participação de 20,2% por meio do FIP Galo Forte, investimento de cerca de R\$ 300 milhões cuja origem é investigada.

Curso

Antes desses dois empreendimentos (Master e Atlético-MG), aos 19 anos, Vercaro foi dono de um curso de segundo

grau, chamado PQS Empreendimentos Educacionais LTDA, e uma empresa de livros didáticos, que o pai Henrique entregou para que o filho administrasse. Ele diz que o negócio foi um grande sucesso, mas ex-funcionários do PQS contam que a experiência naufragou. A gestão era confusa. Juntaram pessoas de áreas distintas – do curso e do livro didático –, que não se

entendiam na forma de operar, e a experiência fracassou. O curso foi vendido para uma rede de educação de Belo Horizonte.

Aos 21 anos, Vercaro passou a trabalhar nos negócios do pai, que incluíam duas incorporadoras imobiliárias (Multipar Empreendimentos e Participações e a Mercatto Corporações Imobiliárias), além da Pacífic Realty, para aluguel de imóveis.

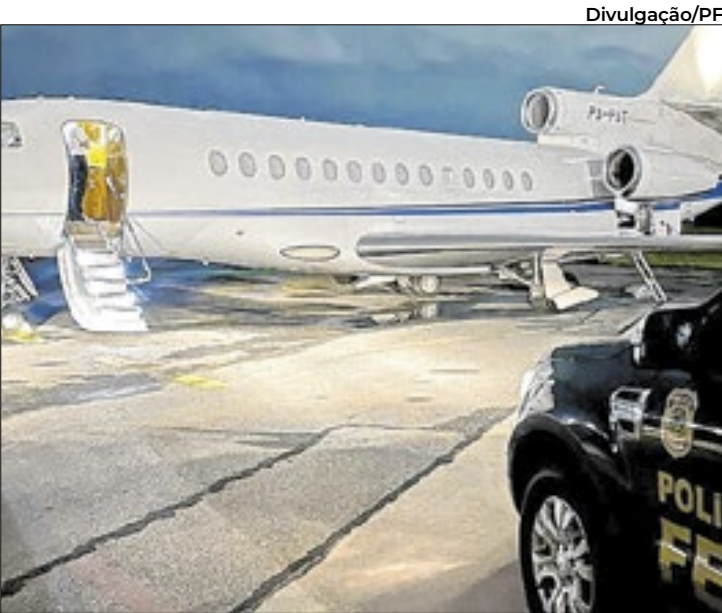
Banqueiro foi sócio de cemitério

Em 2011, aproximou-se dos irmãos Antonio Augusto Conte e Vicente Conte Neto, de São Paulo, herdeiros de uma administradora de cemitérios e sócios, na época, da gestora de recursos Blackwood, que se envolveu junto com Henrique e Daniel Vercaro, em um negócio ousado: construir hotéis na cidade às vésperas da Copa do Mundo de 2014 com incentivo da Prefeitura de Belo Horizonte.

O grupo resolveu participar da construção do hotel Golden Tulip, em uma área decadente da cidade. A Multipar dos Vercaro adquiriu um prédio abandonado na região e assumiu a reforma com os irmãos Conte e a RFM Construtora. A velha estrutura iria se transformar em uma torre de vidro de 37 andares, com heliponto, restaurantes, SPA e um centro de convenções de 7 mil m².

Pelo contrato com o município, o Golden Tulip teria que estar pronto até 30 de março de 2014 para abrigar os turistas que começariam a chegar em julho. Apesar de um investimento de mais de R\$ 200 milhões e com participação da prefeitura, a obra foi paralisada, porque o dinheiro acabou.

Com o fracasso do projeto hoteleiro, os irmãos Conte deixaram a Blackwood. Antonio Augusto Conte montou uma empresa de investimentos chamada H11 e Vicente Conte Neto criou um fundo de investimento em cemitérios, chamado Zion, do qual



Aeronave foi apreendida pela Polícia Federal

Daniel Vercaro virou sócio direto, embora tenha continuado a trabalhar com o pai. O trio voltou a se reunir dois anos depois quando Daniel virou banqueiro.

Banco Máxima

A chance apareceu depois que o Banco Máxima, do paulistano Saul Sabbá, foi inabilitado pelo Banco Central em 2016 por gestão fraudulenta e rombo de caixa. Sabbá ofereceu o Máxima a Daniel Vercaro. Era uma ação entre amigos. Daniel me disse que conheceu Sabbá somente em 2016, mas que fazia negócios com o banco desde antes, quando o Máxima lidava com os fundos imobiliários, as incorporadoras e as imobiliárias dos Vercaro.

De posse da opção de compra do Máxima, Daniel Vercaro pro-

cureu os irmãos Conte e propôs sociedade. Como o banco estava praticamente quebrado, eles precisariam desembolsar apenas o suficiente para a instituição voltar a funcionar. Os irmãos toparam. Mas, antes, precisavam da autorização do Banco Central. O pedido foi feito em 2017. A autorização só saiu em 2019. Em 2021, Vercaro trocou o nome do banco para Master.

Chamada no BC e entrada do BRB

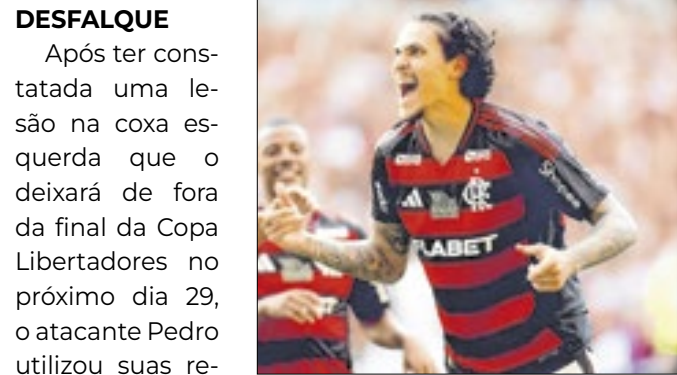
Em dezembro do ano passado, o então presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, convocou os dirigentes do Banco Master para uma reunião de emergência, na sede da instituição, em Brasília. Vercaro liderava a comitiva. Na reunião, Campos Neto

e outros diretores do BC fizeram duas exigências. Mandaram que parassem com as operações arriscadas e abusivas, como a emissão desenfreada de Certificados de Depósito Bancário (CDBs), e fizessem um aumento de capital – ou seja, colocassem mais R\$ 2 bilhões no banco. O BC deu um prazo de três meses, até março, para que os ajustes fossem feitos. Caso contrário, o banco seria liquidado, os donos teriam o patrimônio congelado e ficariam proibidos de operar no mercado.

O Master, um banco de pequeno porte, tinha R\$ 50 bilhões emitidos em CDBs e, para piorar, seu balanço indicava que não tinha fundos para pagar os mais de R\$ 12 bilhões de CDBs com vencimento neste ano, já que a carteira de ativos do banco, que poderia servir de garantia para os CDBs, estava recheada de empresas à beira do precipício ou recuperação judicial.

Na tarde de 28 de março, com o prazo dado pelo BC já entrando nos acréscimos, veio o anúncio que pegou o mercado de surpresa: o Banco Regional de Brasília (BRB), uma instituição estatal de médio porte controlada pelo governo do Distrito Federal, cujo patrimônio líquido não passa de R\$ 3,7 bilhões decidiu comprar o Master por R\$ 2 bilhões – exatamente o valor do aporte de capital que o BC exigira. Após meses de análise, o negócio foi vetado pelo Banco Central em setembro.

CORREIO ESPORTIVO



DESFALQUE

Após ter constatada uma lesão na coxa esquerda que o deixará de fora da final da Copa Libertadores no próximo dia 29, o atacante Pedro utilizou suas redes sociais para pedir apoio da torcida do Flamengo ao time neste momento decisivo da temporada.

“Nação, passando aqui para dizer que o Flamengo, o momento que o clube vive e os jogos que pos-sui pela frente, são muito maiores do que minha ausência nessa reta final. Agradeço todo o carinho de vocês, muito triste por estar de fora, mas confian-te no grupo que se dedica e se entrega muito no dia

Reforços

De olho na próxima tem-porada, o Vasco recebeu o aval do técnico Fernan-do Diniz para abrir nego-ciações por Alan Saldivia, zagueiro do Colo-Colo. Di-niz vê nele uma boa peça para seu estilo de jogo.

Estádio

A Comissão de Constituição e Justiça da Alerj aprovou o parecer que autoriza o Go-verno do Rio a vender os terrenos do Nilton Santos e do Maracanã. Com isso, futuramente, o Botafogo poderia comprar o estádio.



Pedro teve nova lesão detectada

a dia e jogos”, disse.

“Apoiem sem parar como sempre fazem. To-dos que estão ali colocam o clube como prioridade. Estarei onde estive gran-de parte da minha vida: na torcida junto com vo-cês”, disse.

Com a lesão consta-tada, o atacante perderá não apenas a final da Li-bertadores, mas todo o restante da temporada 2025. Desfalque de peso.

Na mira

Visando reforçar o setor ofensivo para 2026, o Fla-mengo está com Exequiel Zeballos, do Boca Juniors, na mira. O atacante de 23 anos é destaque dos Xe-neizes, que devem fazer jogo duro para vendê-lo.

De saída?

Com contrato até julho de 2026, o zagueiro Thia-go Silva quer voltar para a Europa ao fim do contra-to com o Fluminense. Ele gostaria de voltar a ficar perto da família, que mora no Velho Continente.



Já foram confirmadas 42 das 48 seleções que vão disputar a Copa do Mundo FIFA 2026, nos EUA, Canadá e México

Mundial vai tomando forma

Copa tem cabeças de chave definidos com Brasil e chance de grupo da morte

Por Guilherme Xavier e Renan Liskai (Folhapress)

A Copa do Mundo de 2026 já tem suas 42 vagas diretas preenchidas - outras seis virão da repescagem - e já é possível afirmar que o Brasil e outras 11 seleções serão cabeças de chave no sorteio do próximo dia 5 de dezembro.

Mesmo com o modelo de 48 seleções, é possível que se formem “grupos da morte”. Tudo depen-derá de como ficarão os outros potes e como a Fifa vai encaixar as

seleções vindas da repescagem.

A única mudança possível em comparação a como foi feita a divisão dos potes nos últimos anos diz respeito à repescagem. Anteriormente, as seleções que se classificaram nesta instância iam direto para o “Pote 4”, mas existe a possibilidade de que a medida seja abolida.

CABEÇAS DE CHAVE

Três dos 12 grupos que se-rão formados já têm a primeira equipe definida como cabeça de chave. Canadá, Estados Unidos e México sediarão a Copa do Mundo e, por isso, estão garan-tidos. Os outros nove grupos terão cabeças de chave com base no ranking da FIFA.

A Seleção Brasileira é um des-ses casos. O Brasil é o quinto no ranking da FIFA, de acordo com a atualização desta quarta-feira (19), e confirmou a classificação para a Copa do Mundo com o quinto lugar nas Eliminatórias

Sul-Americanas.

Além do Brasil, a Argentina também vai representar o conti-nente como cabeça de chave, sen-do a segunda no ranking.

Espanha (1º), França (3º), Inglaterra (4º), Portugal (6º), Holanda (7º), Bélgica (8º) e Ale-manha (9º) serão os demais ca-beças de chave. Os belgas foram os últimos a garantirem posição, uma vez que se classificaram nesta terça-feira (18).

A Itália foi quem se deu mal. Por ter ido para a repescagem e ainda não ter vaga garantida, a seleção perdeu posições no ran-king - era 9ª e caiu para 12ª - e não será cabeça de chave mesmo que se classifique.

GRUPOS DA MORTE?

São muitas seleções de tra-dição que não estão entre as ca-beças de chave. Croácia e Mar-rocos estiveram entre as quatro melhores da última Copa do Mundo, disputada no Qatar.

Elas aparecem na 10ª e 11ª po-sições, respectivamente.

Colômbia, Uruguai e Senegal são outros combinados conside-rados fortes entre as 20 melhores seleções do mundo. É bem prová-vel que o trio esteja no “Pote 2”.

A Noruega é mais uma sur-presa que pode complicar grupos na Copa do Mundo. Haaland e companhia tiveram campanha praticamente perfeita nas Elimi-natórias e carregam sonho antigo de um país inteiro.

A Itália pode contribuir para esse grupo da morte hipotéti-co. Resta saber se vai conseguir a classificação para a Copa do Mundo, já que ficou fora das duas últimas, e os moldes do sorteio. Inicialmente, ela cairia no “Pote 4”, assim como todos os outros da repescagem.

É importante destacar ou-tras seleções interessantes que também vão para a repescagem. É o caso de Irlanda, Dinamarca e Polônia.

INTERNACIONAL

CORREIO NO MUNDO



UCRÂNIA

Naquilo que parece uma gran-de derrota de Vo-lodimir Zelenski, um novo plano de paz propo-to para a Guerra da Ucrânia pelo governo de Do-nald Trump foi combinado antes com os russos. A proposta foi di-vidulgada pelo site ameri-cano Axios e confirmada em múltiplos vazamentos para órgãos como o jornal britânico Financial Times e a Reuters. A proposta está em linha com o esperado pelo governo russo.

Sendo um vazamento, pode também servir para testar a reação global às ideias. Ela tende a ser ne-gativa no Ocidente, dado que os pontos divulgados sugerem perdas grandes

Trump e Putin estão ‘alinhados’

para Kiev, que teria de entregar os 15% restantes de Donetsk, a região que está no foco de grandes batalhas, completando a tomada do Donbass, região russófona mais desejada pelo Kremlin. As linhas em Zaporíjia e Kherson podem ser ne-gociadas. Acordo prevê o corte das Forças Armadas ucranianas pela metade.

Por Igor Gielow (Folhapress)

Merz não vai se desculpar

“Friedrich Merz não de-preciou Belém ou o Brasil durante discurso na se-mana passada. Portanto, não vai pedir desculpa”, disse Stefan Kornelius, porta-voz e secretário de Comunicação do governo Merz, em uma entrevis-ta de tons ásperos com jornalistas alemães, que buscou minimizar a polê-mica que, desde segunda (18), persegue o primeiro-ministro da Alemanha.

Diferentemente da véspera, quando o gover-no alemão não comen-tou as críticas brasileiras

e internacionais à fala de Merz, Kornelius desta vez arriscou uma explicação.

“A observação refe-ria-se, essencialmente, ao desejo da delegação de iniciar a viagem de volta após um voo no-turno muito cansativo e um longo dia em Belém. Quando o primeiro-mi-nistro diz ‘vivemos em um dos países mais bo-nitos do mundo’, isso não significa que outros pa-íses não sejam também muito bonitos.”

Por José Henrique Mariente (Folhapress)

Massacre após cessar-fogo

Israel matou 279 pessoas em Gaza após acordo, diz governo palestino

O Governo da Palestina in-formou que 279 pessoas foram mortas em ataques israelenses na Faixa de Gaza desde o início do cessar-fogo, iniciado em ou-tubro deste ano. Israel não co-mentou as afirmações.

Além dos mortos, outros 652 palestinos ficaram feridos. Os números foram divulgados hoje em um comunicado do Gabinete de Imprensa do país e contabilizam violações cometidas até a noite de ontem na região.

O órgão acusa o Exército de Israel de 113 disparos diretos contra civis. De acordo com as autoridades, os militares teriam atacado diretamente cidadãos, casas, bairros residenciais e ten-das de deslocados.

Outras mortes teriam ocor-rido em outros 174 ataques e bombardeios israelenses. Além disso, a pasta afirma que 17 in-cursões foram realizadas por veículos militares em áreas re-sidenciais e agrícolas, enquan-to houve também 85 demoli-ções de casas e instalações civis durante esse período.

Palestina diz que esse “com-portamento agressivo” deve frustrar qualquer esforço inter-



Nem mesmo o cessar-fogo deu fim ao massacre israelense

nacional para manter a paz. “Isso confirma a insistência da ocupa-ção israelense em minar o acordo e criar uma realidade sangrenta no terreno, ameaçando a segu-rança e a estabilidade na Faixa de Gaza”, acrescenta.

Governo palestino pede que o presidente dos EUA, Donald Trump, tome uma providência em relação ao que está acontecen-do. Além dele, os países media-dores e o Conselho de Segurança da ONU devem atuar de forma séria e eficaz para “obrigar Israel a

cumprir os termos do cessar-fogo e do protocolo humanitário”.

TRÉGUA FRÁGIL

Hamas e Israel têm trocado acusações de quebra do acordo selado pelos EUA desde o dia um do cessar-fogo. Nos primeiros dias, o país de Benjamin Netanya-hu alegava demora na entrega de corpos de reféns, enquanto o Ha-mas afirmava que os bombardeios no enclave não haviam cessado.

Neste último mês, ataques em Gaza não cessaram. O exérci-

to israelense chegou a atacar o lo-cal por três dias consecutivos em retaliação a morte de um soldado de Israel, deixando 104 palesti-nos mortos. O agente teria sido morto em um suposto ataque de homens armados, mas o Hamas rejeitou a acusação.

Israël, por sua vez, também acusou diversas vezes o Hamas de violação ao cessar-fogo. Hoje mesmo, o Exército publicou no X que “vários terroristas foram identificados cruzando a linha amarela e se aproximando de suas tropas no norte de Gaza”.

Nesses episódios, Israel costumava chamar os bombar-deios de “ataques direcionados” ou alegava que os extremistas cruzavam limites territoriais. Apesar disso, dizia também que continuava comprometido com o cessar-fogo, mesmo com as empreitadas militares.

Hamas e Israel rejeitam pon-tos de plano para Gaza antes de votação da ONU acordo de trégua tem ainda pontos nebu-losos. Alguns deles são o desar-mamento do Hamas, um crono-grama para a retirada do Exército israelense de Gaza, bem como o comando político da Palestina.

Plano pelo fim dos combustíveis fósseis

O comissário de Clima da União Europeia, Wopke Hoekstra, afirmou que o bloco apoia a proposta de um mapa do caminho para o fim dos combustíveis fósseis.

“Nós gostamos muito da ideia”, disse em entrevista co-letiva na quarta (19), durante a COP30. “Acreditamos que é uma coisa boa mover o pon-teiro aqui.”

A proposta da ministra Ma-rina Silva (Meio Ambiente), endossada pelo presidente Lula (PT), ganhou apoio de uma sé-rie de países na conferência da ONU, mas ainda sem consenso.

“Queremos garantir que sejamos ambiciosos nesse as-sunto, mas se precisarmos tra-zer outros países não europeus,

podemos ser mais flexíveis na linguagem que expressa isso”, declarou.

Hoekstra disse que a pala-vra “roadmap” (“mapa do ca-minho”) talvez seja substituída por outros termos no texto fi-nal da cúpula, o que seria de im-portância secundária, segundo ele. O comissário não explicou quais palavras poderiam men-

cionar o assunto no acordo.

Ele ainda afirmou que a União Europeia apoiou o ter-mo “phase-out” (“eliminação gradual”) dos combustíveis fós-seis na declaração da COP28. Naquela ocasião, o texto final citou “transitioning away” (“transição para longe”).

Por Gabriel Gama (Folhapress)

Tânia Rego/Agência Brasil



Incêndio reforça reclamações de países na infraestrutura da COP30

Nações fizeram alerta à ONU e ao Brasil. Veículos de comunicação falam do pouco tempo para a carta final

O incêndio que atingiu a área da Blue Zone da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, poderia ter sido evitado se algumas questões de segurança tivessem sido executadas.

A ONU já havia endereçado ao Brasil problemas na infraestrutura da COP em Belém. No documento, falhas em refrigeração e segurança foram mencionados, assim como em outros setores.

“A água entrou pelo teto e pelas luminárias, causando não apenas transtornos, mas também potenciais risco de segurança devido à exposição à eletricidade. Dada a frequência das chuvas em Belém, reparos urgentes e medidas de impermeabilização são necessárias para evitar maiores danos e garantir que todas as áreas afetadas permaneçam seguras e operacionais”, disse no documento Simon Stiell, secretário-executivo da UNFCCC, braço da ONU que organiza a COP.

A comunicação da Casa Civil respondeu que “não houve alagamento do local do evento, e sim ocorrências localizadas, como goteiras; que vazamentos foram causados por rompimento de calhas no Mídia Center e Posto de Saúde 2, que já foram prontamente reparados, com substituição e vedação das estruturas e que todas as questões vêm sendo tratadas diariamente nos pontos de controle realizados em conjunto com a UNFCCC, garantindo a correção contínua de temas inerentes a um evento dessa dimensão.”

“O local da cúpula foi alvo de críticas nesta semana. A chuva torrencial infiltrou-se nos espaços de reunião, pingando sobre os delegados. Houve reclamações sobre escassez de alimentos, e o ar-condicionado teve dificuldades para lidar com o calor intenso e a umidade. Simon Stiell, o chefe de clima da ONU, pediu segurança reforçada depois que manifestantes forçaram entrada no local”, apontou reportagem do jornal ame-



Bruno Peres/Agência Brasil

Equipe de segurança atuando para a evacuação do local

ricano The New York Times.

Na mesma reportagem, o jornal afirma que em uma carta, a André Corrêa do Lago, presidente da COP30, Stiell apontou preocupações de segurança, mau funcionamento do ar-condicionado e água da chuva infiltrando-se nas instalações de iluminação.

A BBC News afirmou ter presenciado ambulâncias no local. A reportagem do veículo britânico também afirmou ter conversado com uma pessoa auxiliando no centro médico da COP30 e que teria atendido pessoas afetadas pela inalação de fumaça.

O também britânico The Guardian destacou que o incêndio coloca ainda mais urgência às deliberações enquanto o tempo se esgota para chegar a um acordo.

A Reuters também destacou a questão do tempo da conferência

se esgotando. “A cúpula na cidade amazônica estava inicialmente programada para terminar na sexta-feira, mas não cumpriu o prazo autoimposto de quarta-feira para garantir um acordo entre os quase 200 países presentes sobre questões que incluem como aumentar o financiamento climático e abandonar os combustíveis fósseis”, disse.

COP em Belém

Apesar das reclamações de negociadores para que a conferência fosse transferida para outra cidade do país, Lula e Stiell a mantiveram na capital paraense.

O argumento do presidente do Brasil era de que a COP seria realizada na Amazônia pela primeira vez e que mantê-la em Belém seria “um ato de coragem”.

Vale ressaltar que meses antes do evento reclamações em relação ao

preço de hospedagem e da infraestrutura da cidade foram alertas dos países participantes.

Superfaturamento

Além disso, auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) constataram superfaturamento na comercializações de espaços das zonas da COP. “Conforme demonstrado pela representante, uma Cadeira Charles Eames que possui valor de mercado de R\$ 150,00 é comercializada pela contratada por R\$ 1.650,00, representando sobrepreço de 1000%. Similarmente, uma impressora multifuncional com valor de mercado de R\$ 400,00 é oferecida por R\$ 3.000,00, configurando majoração de 650%. Um frigobar de 120 litros, disponível no mercado por R\$ 500,00, é comercializado pela empresa por R\$ 1.400,00, evidenciando sobrepreço de 180%”, dizem.

A Organização de Estados Ibero-Americanos rebateu a nota do TCU dizendo que “no caso da COP30, essas peculiaridades são particularmente relevantes, uma vez que as empresas contratadas deverão mobilizar, a partir de outros estados, mão de obra especializada, equipamentos técnicos, estruturas logísticas e apoio operacional contínuo durante todo o evento”.

Já sobre os preços cobrados pelo metro quadrado a organização afirmou que afirmou que “embora a existência de valores unitários superiores aos praticados rotineiramente possa causar estranhamento, tal fato, por si só, não configura sobrepreço”.

Fogo atingiu a área da Índia

O coordenador do Observatório do Clima, Claudio Angelo, afirmou que o incêndio que atingiu o Pavilhão da Índia na Blue Zone da COP30 é algo inédito na conferência. Após as chamadas, a Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) informou que as instalações atingidas estão, agora, sob a autoridade do Brasil, e não são mais consideradas um território da ONU.

“Nunca houve, em 30 anos de Convenção do Clima, uma Zona Azul pegando fogo. A relação da ONU com a Casa Civil não poderia ficar pior do que já está” disse Angelo.

Segundo o governo do Pará, o incêndio já foi controlado. Ainda conforme a UNFCCC, o Corpo de Bombeiros do Pará ordenou a evacuação do local e realizará “verificações de segurança completas”. O local, no entanto, não deve ser reaberto antes das 20h.

O ministro do Turismo, Celso Sabino, disse que o episódio “poderia ter sido em qualquer lugar” do planeta e que foi iniciado com um celular carregando. Segundo ele, a estrutura da conferência foi erguida com material antichamas. A energia elétrica foi cortada em uma parte da estrutura da COP, e ainda não se sabe a razão do incêndio.

CORREIO PAULISTA



Rodrigo Romeo/Alesp

Congresso aprova reestruturação do saneamento.

Alesp aprova nova estrutura do saneamento básico

Comissões da Assembleia Legislativa de São Paulo aprovaram o Projeto de Lei 1083/2025, que reorganiza a política estadual de saneamento. A proposta do Executivo, agora encaminhada ao Plenário, reduz de quatro para duas as Unidades Regionais de Saneamento Regionais de Saneamento Básico (Uraes), concentrando os serviços de água e esgoto dos 645 municípios paulistas. Segundo a justificativa do governo, três das atuais unidades regionais não se consolidaram como previsto, o que motivou a revisão do modelo. A Urae-

1, que reúne 371 municípios atendidos pela Sabesp, é mantida; já a Urae-2 será reestruturada para incluir os demais 274 municípios, que deverão formalizar adesão. O texto também permite a criação de Subunidades Regionais de Saneamento (Sub-Uraes), definidas por critérios técnicos e hidrográficos. Quatro emendas parlamentares foram incorporadas, entre elas a que determina a publicação anual de relatórios sobre metas de universalização, tarifas, investimentos e indicadores.

SP recebe cônsul de Angola

A Comissão de Relações Internacionais da Assembleia Legislativa de São Paulo recebeu, na quarta-feira (19), a cônsul-geral de Angola, Stela Santiago, para discutir parcerias comerciais e culturais entre os dois países. A diplomata destacou os 50 anos de independência angolana e lembrou que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a nação africa-

na. Ela ressaltou o crescimento da comunidade angolana no estado, estimada em cerca de 8 mil pessoas, e afirmou que o comércio bilateral supera US\$ 1 milhão ao ano. O vice-cônsul Antônio Pinheiro afirmou que o aumento de voos entre os países impulsiona a presença angolana no Brasil e pode ampliar oportunidades econômicas.



Bruna Sampaio/Alesp

Nova ligação Anchieta-Imigrantes é tema de reunião.

Ecovias detalha projeto da terceira pista

A Ecovias apresentou na quarta-feira (19), na Alesp, os estudos preliminares para a construção de uma terceira pista no Sistema Anchieta-Imigrantes. A audiência foi promovida pela Frente Parlamentar em defesa da nova ligação, coordenada pela deputada estadual Solange Freitas (União), e reuniu representantes da Artesp, da Polícia Militar Rodoviária, autoridades portuárias e municípios da Baixada Santista. A discussão concentrou-se na definição do traçado. A Prefeitura de Cubatão contestou

a proposta inicial e sugeriu a criação de um corredor exclusivo para cargas, utilizando a Rodovia Cônego Domênico Rangoni para conectar o município ao Porto de Santos. Segundo a administração municipal, a alternativa evitaria a manutenção do gargalo viário na chegada à área insular de Santos. A Artesp afirmou que irá considerar as sugestões dos municípios na revisão dos estudos. De acordo com a Ecovias, o projeto em elaboração prevê um novo traçado de 21,6 km entre o Planalto e a Baixada.

Desassoreamento de rios

O Governo de São Paulo aplicou R\$ 253 milhões em ações de desassoreamento em 160 cidades de todas as regiões do estado, retirando cerca de 3,97 milhões de m³ de sedimentos. O trabalho é realizado pelo programa Rios Vivos, da SP Águas, em parceria com prefeituras que ficam responsáveis pelo licencia-

mento ambiental, destino dos resíduos e manutenção das áreas recuperadas. Segundo a diretora-presidente da SP Águas, Camila Viana, o desassoreamento amplia a capacidade de vazão dos rios, reduz riscos de enchentes e aumenta a segurança hídrica, fortalecendo a resiliência contra períodos de estiagem.

SP realiza segundo repasse de ICMS de novembro

Em 10 meses, as transferências de recursos já somam R\$ 38,73 bi

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) realizou, na terça-feira (18), o segundo de quatro repasses de ICMS previstos para novembro aos 645 municípios do estado. Nesta transferência, as prefeituras receberam R\$ 514,6 milhões, referentes à arrecadação registrada entre os dias 10 e 14 de novembro, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Com o primeiro repasse do mês, realizado no dia 11 e relativo às arrecadações de 3 a 7 de novembro, os municípios haviam recebido R\$ 1,06 bilhão. Com o depósito efetuado na terça-feira, o total acumulado enviado aos municípios paulistas em novembro chega a R\$ 1,58 bilhão. No período de janeiro a outubro de 2025, os repasses de ICMS aos municípios somaram R\$ 38,73 bilhões, distribuídos ao longo dos meses conforme a quantidade de transferências programadas. Em janeiro, por exemplo, foram quatro repasses que totalizaram R\$ 3,84 bilhões, enquanto no mês de outubro, cinco depósitos somaram R\$ 4,33 bilhões.

Repasses de ICMS

Os repasses semanais se-



Divulgação

Municípios já haviam recebido R\$ 1,06 bilhão no primeiro repasse do mês.

guem o que determina a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, e ocorrem até o segundo dia útil de cada semana. Os valores podem ser consultados no site da Sefaz-SP, na seção “Acesso à Informação > Transferências de Recursos > Transferências Constitucionais a Municípios”.

Agenda Tributária

A variação nos valores transferidos está relacionada aos prazos de pagamento do ICMS estabelecidos pelo regulamento do imposto. Dependendo do mês, podem ocorrer até cinco datas de repasses, além de recolhimentos

diários, como os referentes a operações de importação.

Índice de Participação dos Municípios

Os repasses aos municípios são determinados com base no Índice de Participação dos Municípios (IPM), definido pela Constituição Federal de 1988. Segundo o artigo 158, 25% do produto da arrecadação do ICMS pertence aos municípios, além de 25% do montante transferido pela União ao Estado, relativo ao Fundo de Exportação. Os índices de participação são apurados anualmente para aplicação no exercício seguinte, considerando cri-

térios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201/1981, com alterações da Lei Estadual nº 8.510/1993. Esses critérios levam em conta fatores como população, extensão territorial e capacidade econômica dos municípios, garantindo que os recursos sejam distribuídos de forma proporcional e equilibrada. A atualização anual dos índices permite ajustes que refletem mudanças demográficas e econômicas, assegurando maior justiça na alocação dos recursos estaduais e contribuindo para a execução de políticas públicas locais, incluindo saúde, educação, infraestrutura e serviços essenciais à população.

Atividade industrial paulista fecha novembro em queda, aponta pesquisa

A indústria de transformação paulista apresentou leve desaceleração em novembro, segundo dados do Sensor, pesquisa mensal de conjuntura econômica. O índice geral fechou o mês em 47,8 pontos, abaixo da linha divisória de 50,0 pontos, que separa crescimento de retração. O resultado representa queda de 0,3 ponto em relação a outubro (48,1 pontos) e recuo de 1,9 ponto na comparação anual (49,7 pontos em novembro de 2024).

O componente que mede a percepção do mercado, indicador da avaliação das empresas sobre seu setor de atuação, registrou 48,0 pontos, alta de 3,4 pontos frente a outubro (44,6 pontos) e aumento de 1,5 ponto em relação a novembro de 2024 (46,5 pontos). Apesar da melhora, o indicador permanece abaixo de 50,0 pontos, sinalizando contração.

As vendas industriais apresentaram queda significativa, encerrando o mês em 41,6 pontos, abaixo de outubro (48,0 pontos) e de novembro de 2024 (49,4 pontos). O resultado indica redução no volume comercializado



Fiesp

Sede da Fiesp na Avenida Paulista, em São Paulo.

pelas empresas.

Os estoques se mantêm elevados, com 49,6 pontos, ligeiro aumento em relação a outubro (48,7 pontos), mas redução de 1 ponto em relação a novembro do ano passado (50,6 pontos). O

dado sugere que as empresas percebem níveis de estoque acima do planejado.

O emprego industrial também apresentou recuo, registrando 48,8 pontos. O indicador subiu 1 ponto em relação a outubro

(47,8 pontos), mas caiu 6,3 pontos frente a novembro de 2024 (55,1 pontos), sinalizando contração no nível de contratações.

Por outro lado, os investimentos na indústria paulista avançaram, com índice de 51,4 pontos, embora em queda de 1 ponto em relação a outubro (52,4 pontos), mas acima do registrado em novembro de 2024 (49,2 pontos). O número indica expansão na aplicação de recursos no setor.

Todos os dados divulgados pelo Sensor passaram por tratamento sazonal para garantir comparabilidade entre meses e anos.

Sobre a pesquisa

O Sensor é realizado desde 2006 e acompanha a conjuntura da indústria de transformação paulista. A pesquisa qualitativa coleta informações sobre o andamento da atividade industrial no mês corrente, reduzindo defasagens comuns em pesquisas tradicionais. Atualmente, cerca de 30 das principais e grandes indústrias do estado de São Paulo participam do levantamento para a realização do estudo.

Porto paulista é referência em ESG

O Porto de São Sebastião ficou em segundo lugar na categoria Desempenho ESG – Portos Públicos do XII Congresso Internacional de Desempenho Portuário (Cidesport), um dos principais eventos acadêmicos e técnicos do setor. Em sua 12ª edição, a premiação é organizada por instituições de peso: a Unisul (Universidade do Sul de Santa Catarina), a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e a Universitat de València, na Espanha. O reconhecimento reforça o movimento do porto para ampliar padrões de sustentabilidade, eficiência e go-

vernança. No último ano, o porto investiu aproximadamente R\$3,5 milhões em ações ambientais, com investimentos em redução de impactos ambientais, modernização da infraestrutura e transparência nos processos internos — pontos que pesaram na avaliação. Entram nessa lista iniciativas de monitoramento ambiental, atualização tecnológica e revisão de procedimentos operacionais, com foco em desempenho e sustentabilidade.

O diretor-presidente do Porto de São Sebastião, Ernesto Sampaio, afirma que “O prêmio serve

como estímulo para avançar em projetos ESG e ampliar a contribuição da autoridade portuária para o desenvolvimento econômico e ambientalmente responsável.”

O Cidesport reúne especialistas, pesquisadores e representantes de portos brasileiros e estrangeiros para discutir competitividade, desempenho e inovação. As premiações consideram critérios técnicos e comparações entre diferentes modelos de gestão.

Administrado pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), vinculada à Secretaria

de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), o Porto de São Sebastião é uma delegação federal ao Governo do Estado de São Paulo, configurando-se como porto público.

De acordo com informações divulgadas, os principais produtos importados são barrilha, sulfato de sódio, malte, cevada, trigo, produtos siderúrgicos, máquinas e equipamentos, bobinas de fio de aço e cargas gerais. Para exportação, destacam-se açúcar, peças, máquinas e equipamentos, coque de petróleo, produtos siderúrgicos e cargas gerais.

CORREIO PAULISTANO



Douglas Ferreira / REDE CÂMARA SP
Iniciativa de Silvia da Bancada Feminista (PSOL)

Frente Parlamentar Ambientalista

A Frente Parlamentar Ambientalista por Justiça Climática realizou a primeira reunião do Grupo de Trabalho PlanClima. O objetivo foi estabelecer o plano de ações, o cronograma de metas e definir o calendário das próximas reuniões. A iniciativa foi da vereadora Silvia da Bancada Feminista (PSOL). Os trabalhos foram coordenados por Nathália Santana – uma das lideranças da Bancada Feminista. O GT é formado por movimentos sociais, coletivos, pesquisadores e estudiosos. De acordo com

Diretora da Câmara dos Deputados

A Câmara Municipal de São Paulo recebeu a visita da diretora da biblioteca da Câmara dos Deputados de Brasília, Janice Silveira, que veio com o objetivo de conhecer setores do Palácio Anchieta.



Lucas Bassi | REDE CÂMARA SP
Adrilles Jorge (UNIÃO) vai presidir as reuniões

Frente Parlamentar em defesa dos Artistas Livres

A Câmara Municipal de São Paulo instalou a Frente Parlamentar em Defesa do Movimento dos Artistas Livres. Proposta pela vereadora Janaina Paschoal (PP) e subscrita por outros oito parlamentares, a iniciativa visa combater o que o grupo chama de “censura ideológica e política restritiva” na produção cultural, especialmente quando esta envolve o uso de recursos públicos. Janaina Paschoal também é autora do Projeto de De-

Associação de Diabetes Juvenil

A Câmara Municipal de São Paulo entregou a Salva de Prata à ADJ (Associação de Diabetes Juvenil). A honraria foi concedida por iniciativa do vereador Thammy Miranda (PSD), que também é o presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa com Diabetes, instalada na sequência da Sessão Solene. O parlamentar afirmou que a Salva de Prata é uma das maiores honrarias do Legislativo

paulistano. “O trabalho que a ADJ faz é incrível. Pelo o que eu conheço, poucas pessoas não passaram pela ADJ e não receberam a atenção, o carinho e as informações da ADJ. É uma associação importantíssima para as pessoas com diabetes e nada mais justo do que a gente prestar esta homenagem”, afirmou o vereador Thammy Miranda. A ADJ é uma entidade sem fins lucrativos, não-governamental.

Turismo em São Paulo cresce 54,04% em 2025

30,5 milhões de turistas e faturamento de R\$ 15,9 bilhões

São Paulo registra um dos períodos mais expressivos da sua história no turismo, com 30,5 milhões de visitantes entre janeiro e agosto.

O avanço representa mais de 50% de crescimento, fazendo a comparação com períodos anteriores. Isso significa, também, que a nova realidade ajuda a impulsionar uma receita de R\$ 15,9 bilhões, além de manter mais de 135 mil empregos no setor, segundo levantamento da SPTuris.

O aumento do fluxo turístico é impulsionado especialmente pelos grandes eventos realizados na capital. Entre eles, o GP de São Paulo se destaca ao reunir mais de 300 mil espectadores e ao manter alta intenção de retorno do público. Os números do GP de São Paulo deste ano bateram todos os recordes, com 303.627 pessoas, 4,1% a mais em relação a 2024, e impacto financeiro de R\$ 2,3 bilhões, um crescimento real de 9,7% sobre 2024. Desse montante, R\$ 1,4 bilhão corresponde a impacto direto e R\$ 894,2 milhões, indireto. A movimentação gerou R\$ 324,4 milhões em tributos federais, estaduais e municipais, 9,6% a mais que no ano anterior.

A realização do GP envolveu 23,7 mil profissionais, alta de 17,3% sobre o ano passado. Um dos principais indicadores



Divulgação / Prefeitura de São Paulo
Crescimento do turismo impulsiona economia com recorde de visitantes

do estudo, o Índice de Alavancagem Econômica (IAE), mostra que cada R\$ 1,00 investido no GP São Paulo retorna R\$ 7,14 à economia local.

A cidade tem se destacado em sua posição como destino para entretenimento, cultura e negócios ao combinar modernização de equipamentos urbanos, mobilidade ampliada e políticas públicas de valorização do espaço público.

Medidas recentes da Prefeitura têm ampliado a conectividade e o acesso aos atrativos culturais. Exemplos são o programa Paulistar, que oferece transporte gratuito em ônibus elétricos ligando pontos turísticos aos domingos, e

a expansão do Vai de Roteiro, que desde sua criação já levou milhares de pessoas a museus, bairros históricos e rotas temáticas. Paralelamente, reformas em estruturas estratégicas — como o Autódromo de Interlagos — tornaram o equipamento mais qualificado para receber competições internacionais.

Calendário de eventos

O calendário de grandes eventos contribui para os resultados expressivos. A cidade é a única no mundo a receber etapas de Fórmula 1, Fórmula E e WEC, reforçando o título de “Capital do Automobilismo”. O impacto econômico

do GP ultrapassou os bilhões de reais, gerou milhares de postos de trabalho temporários e movimentou cadeias produtivas ligadas ao turismo e ao lazer.

A dinâmica se estende a outros eventos de grande porte, como festivais de música, shows internacionais, a NFL em São Paulo, o The Town e o Carnaval, que juntos reuniram milhões de pessoas e movimentaram a economia local.

Mercado de Trabalho

O setor também tem reflexos diretos no mercado de trabalho. Mutirões realizados pelo Cate ofereceram vagas para atuação nos eventos.

Restauro, acessibilidade ampliada e novas estruturas para o Jardim da Luz

O Jardim da Luz, um dos parques mais visitados de São Paulo, passará por uma ampla obra de restauro e requalificação realizada pela Prefeitura. O projeto inclui melhorias de acessibilidade, novas entradas, revitalização do parquinho e intervenções específicas nas áreas tombadas, com o objetivo de preservar o patrimônio histórico e qualificar a experiência dos frequentadores. O investimento previsto é de R\$ 20 milhões. A gestão municipal afirma que o parque, considerado um dos cartões-postais do centro, necessita de modernização compatível com sua relevância cultural e ambiental. O secretário do Verde e do Meio Ambiente reforça que o espaço acumula grande valor histórico e simbólico para a cidade e que os investimentos buscam recuperar essa dimensão originalmente concebida no local.

Criado como horto botânico quando São Paulo ainda tinha poucos habitantes,



Divulgação / Prefeitura de São Paulo
O investimento previsto é de cerca de R\$ 20 milhões

o Jardim da Luz tornou-se o primeiro espaço destinado ao lazer público e se consolidou como um dos ambientes mais procurados da capital, recebendo milhões de visitantes anualmente. Entre árvores centenárias, esculturas, alamedas sombreadas e espelhos d'água, o parque preser-

va elementos que atravessam diferentes fases da história urbana paulistana. O parque já foi horto científico, jardim público e cenário da primeira demonstração de luz elétrica na cidade. Também recebeu figuras ilustres e abrigou o primeiro observatório meteorológico local, conhecido como

“Canudo do Dr. João Teodoro”. Ao longo do século XX, enfrentou períodos de abandono, mas passou por obras de restauração que recuperaram grutas, coretos, sistemas hidráulicos e o conjunto dos espelhos d'água.

O Jardim da Luz abriga quase duzentas espécies de árvores, incluindo exemplares ameaçados de extinção, como o pau-brasil e o pinheiro-do-paraná. A fauna também é variada: dezenas de espécies de aves utilizam o local como refúgio em meio à área urbana, além de peixes e cágados presentes nos lagos.

O patrimônio arquitetônico inclui a Casa de Chá, a Casa do Administrador, a gruta, coretos e mais de 30 esculturas históricas. A proximidade com a Pinacoteca reforça o caráter cultural do parque, que se integra ao conjunto de instituições e espaços que transformaram o entorno da Estação da Luz em um polo de identidade paulistana.

CPI discute ações no Jd. Pantanal

A CPI do Jardim Pantanal discutiu novas alternativas para enfrentar as enchentes no bairro da zona leste de São Paulo, durante reunião extraordinária que contou com a participação de um professor da EACH-USP. O objetivo dos parlamentares é reunir informações técnicas e sociais para orientar ações que reduzam os impactos das inundações e ofereçam soluções duradouras à comunidade.

O geógrafo Sidnei Raimundo apresentou pesquisas realizadas com moradores da região e destacou que proje-

tos ambientais precisam considerar o envolvimento direto da população. Segundo ele, medidas emergenciais são importantes, mas devem vir acompanhadas de intervenções que preservem a calha do rio, ampliem áreas permeáveis e criem espaços de convivência que reforcem o sentimento de pertencimento.

Os vereadores questionaram o professor e compararam suas propostas a experiências já adotadas no Programa Mananciais, na represa Billings. Para o relator da CPI, Silvano Leite, parte das ações aplica-

das há anos naquele território poderia ser adaptada ao Jardim Pantanal, combinando resposta emergencial e planejamento urbano de longo prazo.

Já o vereador Major Palumbo defendeu prioridade absoluta às obras imediatas, apoiando a proposta da Siurb para construção de gabiões e pista de manutenção, argumentando que só após a contenção do risco será possível avançar para projetos como parques lineares.

O presidente da CPI, Alessandro Guedes, reforçou a necessidade de considerar o im-

pacto social das intervenções, especialmente eventuais remoções. Ele apontou que soluções como o aproveitamento de uma cava existente poderiam reduzir deslocamentos e funcionar como área de retenção natural. A comissão também aprovou novos convites a especialistas da FAU Mackenzie, USP e ao biólogo Luis Schiesari, além da ampliação do prazo de funcionamento da CPI. Participaram da reunião os vereadores Alessandro Guedes, Silvano Leite, Major Palumbo, Sonaira Fernandes e Dr. Milton Ferreira.

CORREIO GRANDE SP



Eleição será realizada no dia 29, das 9h às 16h.

Embu prorroga inscrições para Conselho de Cultura

A Secretaria de Cultura de Embu das Artes prorrogou até 28 de novembro as inscrições para o Conselho Municipal de Políticas Culturais. Podem participar artistas, produtores, agentes culturais, membros de grupos e cooperativas culturais com mais de 18 anos e, no mínimo, dois anos de atuação comprovada em segmentos como artes plásticas, artesanato, audiovisual, dança, literatura, música, teatro, culturas populares e urbanas, coletivos cultu-

rais e patrimônio cultural. As inscrições devem ser feitas preferencialmente pelo e-mail cultura@embudasartes.sp.gov.br ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, na Secretaria de Cultura, na Prefeitura (Rua Andrônico dos Prazeres Gonçalves, 114, Centro). É necessário preencher a ficha de inscrição e apresentar cópia do RG, CPF, comprovante de residência atualizado, portfólio e declaração de trabalhos realizados.

Obras na Castello Branco em Barueri

Entre os dias 21 e 28 de novembro, das 22h às 5h, a ViaOeste realizará o lançamento de sete vias das novas passarelas nos km 26+000, 26+400 e 27+000 da Rodovia Castello Branco (SP-280), em Barueri. A operação integra as obras de implantação das vias marginais e terá apoio da Polícia Militar Rodoviária e da

Secretaria de Mobilidade Urbana de Barueri. No dia 23, os trabalhos devem começar às 19h. Motoristas devem ficar atentos à sinalização temporária, que inclui inspeção de tráfego, guinchos e monitoramento por CFTV. A ação tem o objetivo de ampliar a capacidade viária e melhorar a mobilidade na região.

Divulgação/Prefeitura de Guarulhos



Roda de Choro do Samuka, projeto do Conservatório.

Roda de Choro celebra tradição em Guarulhos

Cerca de 100 pessoas acompanharam, na segunda-feira (17), a Roda de Choro do Samuka, no auditório da Biblioteca Monteiro Lobato. O projeto do Conservatório Municipal de Artes de Guarulhos reúne músicos em apresentações gratuitas que destacam a vitalidade do choro no cenário cultural da cidade. O espetáculo, coordenado pelo professor Jotagê Alves, apresentou obras de compositores como Pixinguinha,

Zequinha de Abreu, Ximbinho e maestro Portinho, com solos, improvisações e participação dos pianistas convidados Grazzi Cotrim, Isaac Cavalcante e Miguel Silva. Para o diretor do conservatório, maestro Marcelo Mendonça, a atividade valoriza o trabalho pedagógico da instituição e o estudo profissional da música, além de homenagear o professor Samuel “Samuka”, falecido recentemente, cuja família compareceu ao evento.

Criação da Taxa de Custeio Ambiental

Nos dias 18 e 19 de novembro, a Câmara Municipal de Jandira realizou audiência pública para discutir o Projeto de Lei Complementar que institui a TCA (Taxa de Custeio Ambiental) no município. O público questionou sobre contrapartidas, motivações e forma de cobrança da taxa. Participaram do debate os secretários municipais Franklin

Venancio da Silva Netto (Meio Ambiente) e Deny de Vico Dias (Receita), que esclareceram dúvidas sobre a aplicação da legislação federal, citando a obrigatoriedade da taxa segundo as Leis nº 11.445/2007 e nº 14.026/2020. O evento ocorreu no plenário da Câmara, com transmissão ao vivo pelo canal oficial no YouTube e vídeos no site.



Divulgação / Prefeitura de Mauá

Cidade de Mauá foi homenageada pela Coordenação-Geral de Vigilância da Tuberculose após curas de novos casos.

Ministério reconhece Mauá no combate à tuberculose

Município alcançou 84,1% de recuperação entre novos casos

A Prefeitura de Mauá recebeu reconhecimento nacional pelo desempenho no controle da tuberculose, após atingir índice de cura considerado referência no país. O município alcançou 84,1% de recuperação entre novos casos pulmonares confirmados por exame laboratorial, resultado que levou o Ministério da Saúde a conceder menção honrosa por meio da Coordenação-Geral de Vigilância da Tuberculose e Micoses Endêmicas.

Homenagem

A homenagem, entregue em forma de placa, destaca o

trabalho das equipes municipais e a efetividade das ações de vigilância realizadas ao longo do ano. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, o resultado reflete o empenho dos profissionais que atuam na identificação precoce da doença, no acompanhamento contínuo dos pacientes e na manutenção de estratégias integradas de prevenção.

Iniciativas

Entre as principais iniciativas adotadas, está a busca ativa de pessoas com sintomas respiratórios, intensificada em períodos estratégicos para ampliar a detecção de casos.

A rede municipal também expandiu a realização da baciloscoopia nas Unidades Básicas de Saúde, permitindo diagnóstico mais rápido e tratamento imediato, medida que ajuda a interromper a transmissão e influencia diretamente os índices de cura.

Alerta

A secretaria reforça que a tuberculose continua sendo um problema de saúde pública. Em Mauá, mais de uma centena de novos casos foi identificada recentemente, o que mantém a necessidade de vigilância constante e de campanhas voltadas à população.

A doença é transmitida pelo ar e pode se manifestar com tosse prolongada, febre, suor noturno, cansaço e perda de peso. O exame de escarro, simples e gratuito, é indicado tanto para quem apresenta sintomas quanto para pessoas que convivem com alguém diagnosticado, já que a infecção pode permanecer latente por longo período.

Com os avanços obtidos, a gestão municipal afirma que continuará ampliando ações de prevenção, testagem e acompanhamento, reforçando o compromisso de reduzir o número de casos e garantir acesso total ao tratamento.

Cidade de Cotia se destaca no turismo de bem-estar



Templo Zu Lai / Divulgação / Prefeitura de Cotia

Guia tem 27 destinos do estado que oferecem experiências voltadas ao relaxamento.

A Secretaria de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo lançou duas publicações inéditas dedicadas ao Turismo de Bem-Estar, e Cotia figura entre os destaques do material. As produções incluem um estudo voltado a gestores públicos, com orientações técnicas para fortalecer esse segmento nos municípios, e um guia temático com 27 destinos do estado que oferecem experiências voltadas ao relaxamento, autocuidado e contato com a natureza.

O guia apresenta locais já consolidados no setor e aponta regiões com potencial de crescimento, reunindo ainda contatos de operadores e prestadores de serviços ligados ao turismo de bem-estar.

Zu Lai

Entre os destinos selecionados está Coria, reconhecida principalmente pelo Templo Zu Lai, o maior templo budista da América Latina e referência em práticas de me-

ditação, retiros e atividades voltadas ao equilíbrio físico e emocional. As publicações foram lançadas durante a Festuris, uma das maiores feiras de turismo da América do Sul, e resultam de parceria entre Setur-SP, APRECESP, Senac São Paulo e outras instituições públicas e privadas. O objetivo é ampliar a oferta de experiências de bem-estar no estado e valorizar a diversidade turística paulista.

Para a Secretaria de Turismo de Cotia, o reconhecimento reforça o trabalho contínuo de divulgação dos atrativos locais e o investimento em infraestrutura para consolidar a cidade como destino relevante do turismo regional.

Odsal Ling

Além do Zu Lai, Cotia abriga o Templo Budista Odsal Ling, ligado ao Budismo Vajrayana. O espaço recebe praticantes, iniciantes e visitantes me-

diante agendamento, oferecendo sala de meditação, stupa e áreas destinadas a retiros.

Kaizen

Outro atrativo citado no município é a Família Kaizen, espaço de alimentação regenerativa e atividades integradas à natureza, que reforça o perfil de Cotia como destino voltado ao bem-estar e à hospitalidade.

Juntos, esses equipamentos turísticos compõem um circuito que combina espiritualidade, gastronomia saudável e reconexão com o ambiente natural.

Com a inclusão no guia estadual, Cotia passa a integrar oficialmente a lista de destinos recomendados para quem busca experiências de descanso, contemplação e práticas de autocuidado.

A administração municipal afirma que seguirá trabalhando para ampliar a visibilidade da cidade e estimular novos roteiros turísticos pela região de Cotia.

São Caetano: auditor do Tribunal de Contas

A Prefeitura de São Caetano do Sul, na região do ABC Paulista, recebeu a visita de um auditor do TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) para inspecionar o contrato de locação dos computadores utilizados por todas as secretarias da Prefeitura.

O auditor avaliou a documentação e visitou diversos setores do Palácio da Cerâmica, inspecionando in loco os equipamentos utilizados.

Nesta visita, o auditor foi acompanhado por servidores da Sejur (Secretaria de Assuntos Jurídicos) e do DTI (Departamento de Tecnologia da Informação), órgão responsável pela gestão dos contratos de computadores, notebooks e e-mails corporativos da Prefeitura.

Ambos os servidores destacaram a importância do trabalho realizado pelo Tribunal de Contas do Estado para garantir a total transparência na gestão dos recursos públicos de São Caetano.

“A fiscalização do Tribunal de Contas tem, sobretudo, um viés pedagógico”, explicou o servidor da Sejur. “Gosto destas visitas pois, caso haja qualquer erro, podemos corrigir”.

Quem complementou foi o funcionário do DTI. Ele lembrou que o Tribunal de Contas do Estado não tem observado falhas nos contratos geridos pelo departamento. “Nossos contratos estão sempre redondinhos”, destacou.

CORREIO DE CAMPINAS



Troféu da edição do prêmio no ano passado

Prêmio Feac de jornalismo bate recorde de inscrições

A Fundação Feac de Campinas (SP), instituição que financia outras instituições (como creches, lares de idosos, institutos de inclusão) encerrou as inscrições do prêmio que concede a jornalistas com 172 inscritos - o maior número da história recente da premiação, que no ano passado contou com 87 registros. Nesta edição, serão distribuídos R\$ 50 mil em prêmios entre nove categorias — seis voltadas a jornalistas (fotojornalismo, impresso,

online, rádio, televisão e cinegrafista) e três modalidades adicionais: profissional de comunicação, universitária e social, que reconhece conteúdos produzidos por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e beneficiários de projetos sociais. O tema aborda o desenvolvimento territorial e a comunicação na região metropolitana de Campinas. A divulgação dos finalistas será em 24 de novembro, e a cerimônia de premiação, em 10 de dezembro.

25ª Marcha Zumbi reúne 1 mil

A 25ª Marcha Zumbi dos Palmares de Campinas (SP) reuniu cerca de 1 mil pessoas na quinta (20), celebrando o Dia da Consciência Negra. O tema da edição foi “Por reparação e pelo bem viver” e prestou homenagem à II Marcha Nacional de Mulheres Negras. Houve apresentações culturais, batuques e manifestações de religio-

sidade de matriz africana. Integrando o calendário nacional de mobilizações pela igualdade racial, o cortejo saiu por volta das 9h da Estação Cultura, ganhou as ruas do Centro, chegando ao Largo do Rosário, onde houve ato público, reforçar a luta por equidade racial e a importância da identidade negra e da cultura afro.



Eduardo Magoga (Podemos-SP), ao microfone

Nomes e CEPs para vias de regularização fundiária

Um Projeto de Lei, protocolado na Câmara Municipal de Campinas (SP), determina a implantação de nome e de Códigos de Endereçamento Postal (CEP) em ruas, ruelas e vielas de Núcleos Residenciais regularizados por Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S). “A proposta é que esses moradores dessas áreas, já titulares das matrículas de seus lotes, passem finalmente a contar com endereços formais e possam receber correspon-

dências diretamente em suas residências”, afirma o vereador Eduardo Magoda (Podemos-SP), autor da proposta. Com o endereço formalizado, os moradores passam a ter acesso pleno a serviços como recebimento de correspondências, compras pela internet, entregas por aplicativos e cadastros em políticas públicas, além de maior facilidade em processos como contratação de serviços e comprovação de residência.

Agricultura familiar na merenda

Uma audiência pública será realizada em 27 de novembro, na Ceasa Campinas, para debater a compra de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar municipal, que serve cerca de 307 mil refeições por dia. A discussão inclui etapas do processo de aquisição de alimentos, levantamento das produções regionais e possíveis inclusões nos

cardápios. Ocorre no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é aberta ao público e está marcada às 9h no auditório do prédio administrativo, na Rodovia Dom Pedro I, Km 140,5, no Jardim Nilópolis. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (19) 2515-7193 ou pelo e-mail: agriculturafamiliar@educacampinas.sp.gov.br

Aprovada doação de área a Hospital Metropolitano

Câmara autoriza prefeitura a doar terreno para governo estadual

Raquel Valli

A Câmara Municipal de Campinas (SP) aprovou a doação de um terreno da prefeitura ao governo estadual para que o Palácio dos Bandeirantes construa o Hospital Metropolitano, que atenderá cidades da região. O principal objetivo é que a nova unidade absorva parte da demanda regional que afoga o Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp, que vem opera em sobrecarga crônica (leia mais abaixo). doação foi aprovada na 72ª Reunião Ordinária da Câmara, mas estipula condições e garantias a fim de proteger o patrimônio campinense. A área conta com 34.824,83 m² (cerca de 3,5 hectares) no entorno da Avenida Prefeito Faria Lima e da Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, no Parque Itália, nas proximidades do Complexo Hospitalar Dr. Mário Gatti e abriga atualmente o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) Sudoeste, que atende pessoas com dependência química e população em situação de rua.

Por isso, uma das principais condições para que a doação seja efetivada é a continuidade do atendimento de saúde mental, garantindo que o serviço não seja interrompido durante ou depois da obra. Além disso, outra condição é de que o atendimento do Caps passe a



Câmara Municipal de Campinas

72ª Reunião Ordinária aprovou a doação do terreno para construção do hospital

funcionar 24 horas diariamente. Outra garantia diz respeito à cláusula de reversão, que estipula que o terreno retornará automaticamente para a prefeitura caso o governo estadual não cumpra prazos, encargos ou desvie a finalidade do uso da área. O projeto de lei, aprovado pela Câmara, é de autoria do prefeito Dário Saadi (Republicanos), que defendeu a urgência da proposta. Segundo o Executivo, o Hospital Metropolitano terá a missão de absorver parte da demanda dos serviços de saúde que atoram Campinas pelo fato da cidade atender pacientes de toda a região.

O hospital

A estrutura contará com 200 leitos, podendo chegar a 400 em capacidade máxima, e será feita nos moldes do Hospital Rota dos Bandeirantes, em Barueri (que fica na Região Metropolitana de São Paulo, popularmente conhecida como Grande SP.). Já o atendimento será voltado principalmente para a média e alta complexidade, com foco nas seguintes áreas: oncologia, cardiologia e ortopedia.

O projeto inclui clínica cirúrgica com cerca de oito salas, pronto atendimento com consultórios e leitos de observação, ambulatório com 18 consultó-

rios médicos, 47 leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) e serviços de imagem e diagnóstico, como raio-X, ressonância magnética e ultrassom. A estimativa, é que a construção fique pronta em até 24 meses após o início das obras (cuja data ainda não foi definida),

Superlotação

Em 28 de maio deste ano, por exemplo, a ocupação bateu 323% porque a UER, que possui capacidade regulamentar para 30 leitos, chegou a atender 97 pacientes. Por isso, o hospital teve que solicitar ao Samu a suspensão temporária de novos pacientes.

Casa de Jesus quer colocar gatos na rua, mas Justiça garante abrigo

Por Raquel Valli

O juiz da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas (SP), Guilherme Souza Lima Azevedo, expediu um despacho judicial para proteger uma colônia de gatos comunitários que vive no “Centro Espírita Os Searceiros, Casa de Jesus”.

Proibiu que os animais sejam despejados na rua e permitiu que a protetora Kátia Maria da Silva Spagnol, de 73 anos, siga entrando na instituição para cuidar dos felinos.

O despacho se sustenta “nos prontuários veterinários que comprovam a realização de castrações e tratamentos médicos custeados pela autora e terceiros”. Além disso, a ordem judicial dá conta de que “o perigo de dano é evidente e recai sobre a integridade física e a vida dos animais, uma vez que a interrupção abrupta da alimentação ou a remoção forçada sem plano de manejo adequado e local seguro configuraria risco de maus-tratos, vedado pelo ordenamento jurídico pátrio (art.



Arquivo pessoal

Kátia Spagnol, de 73 anos, cuidando dos gatos

225, § 1º, VII, da CF)”.

O descumprimento das medidas poderá acarretar na aplicação de multa diária, além de outras medidas coercitivas. A instituição tem o prazo de 15 dias úteis para apresentar contestação. Isso porque a decisão do juiz, por agora, é temporária, já que o caso ainda não foi

transitado em julgado. O despacho foi emitido na quarta-feira (19).

Voluntária

Há 30 anos, o dia de Kátia começa às 6h, garantindo água, ração e limpeza para os gatos que vivem na Casa de Jesus. Nem mesmo problemas na per-

na ou a necessidade de contratar um cuidador para o marido doente a impedem de cumprir com o dever. O trabalho voluntário, que reduziu uma superpopulação de 80 felinos para apenas 15 por meio de castrações pagas por ela, vem enfrentando resistência há alguns anos. “Tenho um amor muito grande pelos gatos, difícil até de me expressar, porque eles representam o ar que eu respiro”, afirma a protetora. A advogada ambiental e dos direitos dos animais, Angélica Soares, informa que, no começo, a própria fundadora da instituição, dona Silvia Paschoal, ajudava e no cuidado prestado Kátia. Mas, que “de uns anos para cá, a nova administração intenta que as casinhas sejam colocadas do lado de fora e que os gatos sejam alimentados na rua, ficando sujeitos a envenenamentos e a outras mazelas”.

A reportagem entrou em contato com a Casa de Jesus, mas até o fechamento desta edição não recebeu o posicionamento da entidade.

Viracopos: 34,1 mil na volta para casa

Por Raquel Valli

O Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), espera receber 34,1 mil passageiros na segunda-feira (24), na volta para casa do feriado prolongado (referente ao Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro).

Já o horário de pico, está previsto para ocorrer das 5h às 12h. Todas as estimativas são da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (ABV), concessionária responsável pelo terminal. Entre a quarta-feira (18),

começo da emenda, e a segunda (24), na volta para casa, a expectativa é de que 187,6 mil passageiros passem pelo modal aeroportuário.

Durante os seis dias, a previsão é de que haja 1.761 pousos e decolagens.

Quanto aos destinos brasileiros mais procurados, encontram-se as capitais do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte, além de Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Curitiba (PR), Vitória (ES) e cidades do interior de

São Paulo.

Voos internacionais

Estão previstos 186 pousos e decolagens entre quarta e segunda, indo e vindo do exterior, sendo 88 decolagens e 98 pousos. Com isso, os voos devem transportar 16,1 mil passageiros pelo Pier A (internacional). Os destinos internacionais atendidos por Viracopos contemplam os Estados Unidos, com Forte Lauderdale e Orlando, ambas cidades na Flórida; e Europa, com Lisboa, em Portugal; Paris, na França; e

Madrid, na Espanha.

Operação

Ainda de acordo com a Aeroportos Brasil Viracopos, os preparativos do terminal nos feriados prolongados contemplam: aumento no número de colaboradores, como atendimento aos passageiros (Posso Ajudar?), segurança, manutenção, limpeza e plantão gerencial. As lojas, cafés, lanchonetes e restaurantes espalhados pelo modal também se preparam para o aumento da demanda previsto para os dias de pico.

CORREIO DE CAMPINAS



Vanderlei Antonio Zago

As luzes tomam conta dos vagões e da locomotiva

Maria Fumaça: trem de Natal leva magia a Campinas

A temporada natalina em Campinas ganha um atrativo especial com a chegada do Trem de Natal, passeio temático que transforma a tradicional viagem entre Campinas e Jaguariúna em uma experiência mágica para toda a família. Com locomotiva e vagões totalmente iluminados, o trajeto noturno cria um cenário encantador e mágico durante os 50 quilômetros de percurso. A bordo, o Papai Noel acompanha os passageiros, interagindo com as crianças e distribuindo

guloseimas, reforçando o espírito natalino e de alegria ao longo do passeio. O Trem de Natal terá três edições, nos dias 6, 13 e 20 de dezembro. A programação tem início às 17h, com recepção aos visitantes na Estação Anhumas, em Campinas, seguida pela chegada do Papai Noel e suas assistentes a partir das 17h30. O embarque ocorre às 18h, com chegada em Jaguariúna às 19h30. O retorno para a cidade de Campinas está previsto para as 21h, com chegada às 22h.

Refis na reta final: até 9 de dezembro

O Refis Campinas 2025 segue até 9 de dezembro e oferece descontos de até 70% em juros e multas de dívidas tributárias, com parcelamento em até 96 vezes para valores acima de R\$ 1 milhão. Débitos não tributários têm abatimento de até 15%. As negociações podem ser feitas online pelo Ambiente Exclusivo, com creden-

ciamento virtual via gov.br, envio de documento com selfie ou e-CPF. Empresas também podem aderir usando e-CNPJ. No hotsite do Refis, o cidadão encontra todas as informações sobre o programa, como quem pode aderir, emissão de boletos para pagamento à vista, formulários do programa e canais de atendimento.

Print/Territórios Negros



Versão será importante fonte de pesquisa

HQ “Territórios Negros” lança terceira edição

O lançamento da 3ª edição da História em Quadrinhos “Territórios Negros: Mapeamento dos territórios, organizações e fatos históricos da população negra de Campinas” ocorreu nesta semana, durante as atividades do Dia Nacional da Consciência Negra. A escolha da data busca reforçar a importância da memória e do combate ao racismo. Com linguagem acessível e envolvente, a HQ localiza geográfica e historicamente territórios relevantes, como quilom-

bos urbanos, terreiros, centros culturais e pontos de resistência, e destaca organizações negras essenciais para a história da cidade. A publicação, produzida pela vereadora Guida Calixto (PT), é uma ferramenta educativa e de conscientização que resgata e dá visibilidade às contribuições da população negra na formação de Campinas. A versão atualizada e ampliada do material consolida-se como uma importante fonte de pesquisa e apoio pedagógico.

Festival Ocre traz arte urbana

O Festival Ocre 2025 movimentará Campinas com arte urbana, debate e tecnologia. Em sua segunda edição, 16 artistas da região criaram intervenções em diferentes pontos da cidade, explorando muralismo, grafite, escultura e mobiliário urbano. No dia 29 de novembro, o Encontro Ocre reúne rodas

de conversa, exposição, feira de arte e DJs. Já em 7 de dezembro, uma visita guiada gratuita pelas obras, com informações sobre as obras, artistas e locais. O projeto foi contemplado pelo ProAC Editais. O festival também traz recursos de acessibilidade e realidade aumentada nas intervenções.

Câmara abre Comissão e vereador pode ser cassado

Otto Alejandro (PL) é acusado de agressão, ameaça e violência

Por Moara Semeghini

A Câmara de Campinas aprovou, por 29 votos a 1, a abertura de Comissão Processante para apurar quebra de decoro parlamentar por parte do vereador Otto Alejandro (PL), acusado de agressões e violência doméstica. A decisão ocorre após o boletim de ocorrência registrado pela namorada e a divulgação de novos vídeos que mostram o parlamentar em episódios de violência — entre eles, uma discussão que terminou com um ônibus apedrejado (e o celular do motorista quebrado); um ataque contra a porteira de um prédio e, mais recentemente, um confronto envolvendo a Guarda Municipal. O processo de investigação que foi instaurado pode levar à cassação do mandato do vereador.

A namorada de Otto registrou B.O. na 1ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) na última segunda-feira (10). No depoimento prestado à polícia, a namorada disse que o vereador a atacou com xingamentos, ameaças, e disse: “vou acabar te matando”. Relatou ainda ter sido agredida fisicamente, comportamento que, segundo o registro, se repete principalmente quando Otto Alejandro consome álcool. O boletim aponta que ele “faria uso frequente de bebidas alcoólicas, ficando muito alterado”.

O vereador Otto Alejandro (PL) é investigado pela Polícia Civil de São Paulo por três ocorrências que incluem violência doméstica, injúria, ameaça, dano e abuso de autoridade.



Câmara Municipal de Campinas

Vereadores Guilherme Teixeira (PL), Fernanda Souto (PSOL) e Eduardo Magoga (Podemos)

Em outro caso, registrado em março de 2025, o vereador aparece em um vídeo fazendo ameaças a guardas municipais em um estabelecimento de Campinas. “Vocês vão perder o emprego (...), vai para fora”, disse em tom de ameaça.

Em outra ocorrência, Otto Alejandro é acusado de quebrar o vidro traseiro de um ônibus e ameaçar o motorista de morte na Avenida Aquidabã, em Campinas. Os três casos foram apresentados na 1ª Delegacia Seccional de Campinas.

Há ainda um quarto caso. Imagens internas da câmera de segurança de um prédio registraram o vereador campineiro ameaçando, ofendendo e intimidando a porteira do edifício onde vive sua namorada. O registro é de abril deste ano. A funcionária aparece visivelmente desconfortável e intimidada quando o parla-

mentar, que segura uma garrafa de cerveja, altera o tom de voz e inicia uma série de xingamentos, e ataques à porteira. Entre as ofensas, o vereador disse “não ganha mais que mil reais”, insinuando que ela teria um salário baixo, e afirmou, em tom ameaçador: “A hora que você pisar para fora, nós vamos conversar”. Otto ainda fala para a funcionária de “cabelo de fogo, do capeta, sapatão”.

Outro lado

Na Tribuna da Câmara, durante a sessão de segunda (17), Otto Alejandro negou a agressão e disse que a namorada retirou a queixa policial. O parlamentar também negou que tenha atirado algum objeto no ônibus. Nesta quarta (19), Otto Alejandro não esteve na sessão. Carmo Luiz (PSC) e Marcelo Silva (PP) foram os vereadores ausentes na reunião.

Presidente mulher

Após a aprovação, houve o sorteio para escolher os três vereadores que conduzirão o processo. A presidente será a vereadora Fernanda Souto (PSOL), o relator será Eduardo Magoga (Podemos) e Guilherme Teixeira (PL). A presidente iniciará os trabalhos e Otto deverá apresentar defesa prévia em até dez dias. Depois a CP emitirá um parecer em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia. Caso prossiga, Souto designará início da instrução e determinará os atos, diligências e audiências necessárias, para o depoimento do denunciado e das testemunhas. Integrantes da CP terão até 90 dias para concluir o trabalho, contados a partir da notificação ao acusado. Para a cassação ocorrer é necessário que ao menos 2/3 dos 33 vereadores votem a favor.

Unicamp lidera projeto indígena de energia solar na Amazônia na COP30

Alexandre Baré/jornal.unicamp.br



Indígenas durante curso de formação em São Gabriel da Cachoeira-Amazonas

Seis anos depois da realização do primeiro vestibular indígena, a Unicamp dá um importante passo para implementação do “Projeto Sollar Rio Negro” – um plano idealizado por indígenas pretende levar energia fotovoltaica para comunidades da região amazônica, território historicamente dependente do uso de geradores a diesel – equipamentos considerados caros, poluentes e que exigem logística complexa. O projeto quer preparar condições para uma transição de matriz energética justa, que garanta autonomia e seja ambientalmente adequada e inclusiva, com respeito aos saberes ancestrais, numa espécie de união entre o conhecimento tradicional e ciência moderna.

No início de outubro, representantes do Centro Paulista de Estudos da Transição

Energética (CPTEn) e do Esritório Campus Sustentável da Unicamp estiveram em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas – considerado o mais indígena dos municípios brasileiros – para a formatura da primeira turma de capacitação do Centro de Aprendizagem Indígena para a Transição Energética Justa. E essa trajetória foi mostrada nesta terça-feira (18), no Pavilhão Ensino Superior pela Ação Climática da COP30, em Belém, no Pará.

Conhecido como “Cabeça do Cachorro”, São Gabriel da Cachoeira é o terceiro município brasileiro em extensão territorial. Possui a maior porcentagem de população indígena do país, representando 24 povos, com quatro línguas cooficiais além do português: Nheengatu, Tucano, Baniwa e Yanomami. A região amazônica conta

com aproximadamente 1 milhão de pessoas sem acesso a energia e milhares de famílias com acesso limitado – quando os geradores fornecem energia em apenas parte do dia ou em dias específicos.

Nesta primeira turma, foram capacitados 41 indígenas, que terão a tarefa de atuar como multiplicadores na implementação, instalação e manutenção de sistemas de energia solar fotovoltaica em suas comunidades – numa ação inédita e que conta com a participação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).

Coordenador do programa Campus Sustentável da Unicamp, o professor Luiz Carlos Pereira da Silva conta que a 1ª turma de multiplicadores foi pensada originalmente para atender comunidades instaladas em São Gabriel da Cachoei-

ra, mas o programa recebeu inscrições de indivíduos que vivem em outros municípios, como Santa Isabel e Barcelos. “Alguns dos que vieram para o curso viajaram cinco dias no rio até chegar a São Gabriel. Para voltar para casa, outros cinco dias. Ouvimos relatos de gente que não veio porque só a viagem de ida poderia demorar mais de 10 dias”, continuou. O plano inicial era preparar 30 indígenas de São Gabriel, mas o curso recebeu 42 inscrições.

Para o curso, foram utilizados 24 painéis de energia fotovoltaica, 16 em telhado e o restante no solo. O transporte dos equipamentos de Manaus até a sede da Foirn, onde foram instalados, consumiu dois dias de viagem de barco.

Os indígenas aprenderam, por exemplo, a fazer a instalação de sistemas de bombeamento de água (a busca pela água é um serviço tradicionalmente realizado pelas mulheres) e conheceram o funcionamento dos sistemas adotados pelo programa federal “Luz para Todos” – tanto o off-grid (desconectado da rede de distribuição da concessionária de energia) quanto o on-grid (ligado à rede). Além disso, foram orientados sobre sistemas com bateria de chumbo e lítio – segundo o professor, tecnologia nova que em breve deverá chegar à região. Aprenderam, ainda, a montar e desmontar os sistemas e treinaram formas de consertar sistemas avariados. A ideia é que possam voltar para suas comunidades e fazer o trabalho de multiplicar o conhecimento.

GRANDE CAMPINAS



Pré-cadastro abre nesta segunda-feira (24)

Valinhos promove cursos do centro cultural

A Prefeitura de Valinhos, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, abre nesta segunda-feira (24) o pré cadastro para novos alunos interessados nos cursos oferecidos pelo Centro Cultural Vicente Musselli. A etapa, que segue até 5 de dezembro, deve ser realizada exclusivamente pelo link disponível no site oficial da Prefeitura. A iniciativa marca o início do processo de matrículas para 2026 e tem como objetivo organizar o fluxo de atendimento e garantir que os

interessados possam concluir sua inscrição de maneira mais ágil e eficiente em janeiro, quando ocorrerá a etapa presencial de efetivação. Após o período de pré-cadastro, a equipe da Secretaria da Cultura e Turismo fará contato com os inscritos para agendamento e confirmação final da matrícula. Segundo a Prefeitura, a abertura antecipada reforça o compromisso do Município com o planejamento e a estruturação das atividades culturais, que contam com grande procura.

Combate à pedofilia em Paulínia

A Câmara de Paulínia aprovou nesta semana a criação de ações educativas e palestras permanentes para prevenir, identificar e combater a pedofilia em escolas, unidades de saúde e outros espaços públicos. A proposta, de autoria do vereador Tigui-la Paes, prevê formação de profissionais e campanhas contínuas para

orientar famílias e ampliar a capacidade de resposta da rede municipal. Segundo as informações, também foram aprovados a criação da Sala Lilás para acolhimento de mulheres vítimas de violência e outros projetos nas áreas de saúde, leitura e atenção à pessoa com estomia, todos aguardando sanção do prefeito.



Festival transforma muro de 300 metros em mural

Em Hortolândia, arte promove sustentabilidade

Durante o período da COP 30, Hortolândia recebeu um painel de cerca de 300 metros pintado por 25 artistas do Galeria Urbana Festival, realizado no muro da Usina de Reciclagem de Entulho. Promovido pela Secretaria de Cultura em parceria com o artista Leandro Kranium, o festival usa o grafite para reforçar a consciência ambiental e valorizar o espaço público. O prefeito Zezé Gomes destacou que o mural se tornará um novo ponto de visitação e um símbolo

da criatividade local. Nesta edição, os artistas trabalharam temas ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, abordando integração entre homem e natureza, educação e preservação. Kranium destacou o impacto positivo do evento, que reuniu participantes de quatro estados e da Argentina, além de artistas locais. Para a Prefeitura, a arte urbana aproxima a população, promove reflexão e fortalece a identidade cultural da cidade.

Pedreira reforma pista de skate

A Prefeitura de Pedreira iniciou a reforma da Pista de Skate “Salvador Paulella Neto”, na Avenida Papa João XXIII. Os serviços incluem limpeza completa, correções no piso e pintura total, além do corte de mato no entorno, que será feito pela Secretaria de Serviços Urbanos. Segundo o secre-

tário Emerson de Godoy, as melhorias atendem solicitação do prefeito Fábio Polidoro. De acordo com as informações divulgadas, a revitalização era demanda antiga dos usuários e, segundo o prefeito, garantirá uma pista moderna e mais adequada à prática do skate no município.

Reconecta RMC une fauna e flora de 20 municípios

Campinas ganha destaque internacional por liderança ambiental



Artigo reconhece o projeto como referência em soluções baseadas na integração regional

O programa Reconecta RMC, coordenado pela Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas (SVDS), ganhou destaque internacional ao receber menção especial em um artigo da pesquisadora e professora aposentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Cecilia Polacow Herzog, publicado na plataforma global The Nature of Cities neste mês de novembro.

A região foi reverenciada na pesquisa, como uma das cidades pioneiras no país a integrar biodiversidade, soluções baseadas na natureza e planejamento ambiental como estratégias centrais para adaptação climática e promoção de justiça ambiental.

Reconhecimento

Campinas tem avançado em ações estruturantes, como manejo de fauna nativa, recuperação de matas ciliares e proteção de nascentes, além da criação e fortalecimento de corredores ecológicos.

Esse conjunto de iniciativas melhora a qualidade das áreas protegidas já existentes, permite a criação de novas unidades de conservação e contribui para preservar remanescentes florestais estratégicos.

Segundo a especialista, essas medidas elevam a segurança hídrica regional e tornam a

Região Metropolitana de Campinas (RMC) mais preparada para enfrentar eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes no país.

Desenvolvido com apoio do ICLEI – organização internacional que reúne governos comprometidos com sustentabilidade – e do World Resources Institute (WRI), o Reconecta RMC tem como objetivo integrar os 20 municípios da região em esforços coordenados para a conservação e recuperação da fauna e da flora.

Ações ambientais

A proposta central do programa é formar corredores verdes que conectem fragmentos

florestais entre cidades, possibilitando que animais silvestres circulem com segurança e garantindo a recomposição de áreas degradadas. Esses corredores também contribuem para reduzir ilhas de calor, aumentar a permeabilidade do solo e melhorar a qualidade do ar.

A SVDS explica que o programa já está em fase de planejamento detalhado, incluindo mapeamento de áreas prioritárias, diagnósticos ambientais e articulação técnica entre prefeituras.

A expectativa é que os primeiros trechos de corredores ecológicos comecem a ser implementados nos próximos anos, ampliando a proteção de

espécies nativas e reforçando o papel da região como referência em sustentabilidade urbana.

Integração regional

No artigo, Herzog também menciona iniciativas de outras cidades brasileiras, como Niterói, mas ressalta que ainda há um longo caminho para que a sociedade e gestores públicos compreendam plenamente os benefícios que soluções naturais proporcionam às áreas urbanas.

Para Campinas, a menção internacional reforça o reconhecimento de um trabalho contínuo e coloca a RMC em posição de destaque na agenda ambiental global.



Nova etapa expande a tecnologia que já reduziu em até 96% o Aedes aegypti na região

Indaiatuba leva inovação para o combate da dengue

A Prefeitura de Indaiatuba iniciou uma nova fase do Projeto Aedes do Bem™, tecnologia da Oxitec para controle do Aedes aegypti, agora alcançando também a região central após bons resultados obtidos em 12 bairros entre 2018 e 2022.

Equipes da Saúde e da empresa estão visitando moradores e comerciantes da área central da cidade para apresentar o projeto, esclarecer dúvidas e identificar, em conjunto com a população, os pontos mais adequados para a instalação das caixas de liberação.

Ação

Na primeira semana de dezembro, terá início a etapa operacional do projeto, instalando as caixas de liberação dos mosquitos machos do Aedes do Bem™, que não picam e não transmitem doenças. A tecnologia é aprovada pela CTNBio, autoridade já utilizada em áreas urbanas de Indaiatuba.

O prefeito de Indaiatuba, Dr. Custódio Tavares, afirmou:

“Indaiatuba trabalha de forma planejada e preventiva. Levar o Aedes do Bem™ para o Centro demonstra nosso compromisso em investir em tecnologias seguras e eficientes, garantindo que a cidade esteja sempre um passo à frente no enfrentamento da dengue”.

A secretária de Saúde, Dra. Heloísa Salatino, acrescentou: “Esta etapa marca o fortalecimento de uma estratégia que já apresentou resultados concretos no município. Atuamos com rigor técnico e transparência, e contamos com o envolvimento da comunidade para potencializar os impactos positivos dessa iniciativa”.

A diretora executiva da Oxitec, Natalia Verza Ferreira, reforçou: “A antecipação é a nossa maior aliada. Não podemos esperar a crise sanitária se instalar para agir. O Aedes do Bem não é uma promessa, é uma solução de biotecnologia que, como visto em Indaiatuba, é capaz de reduzir a população do mosquito em mais de 90%”.

O coordenador do Programa Municipal de Controle da Dengue, Ulisses Bernardinetti, destacou: “Para alcançarmos um resultado positivo, a participação da população é fundamental. Cada família pode contribuir dedicando apenas 10 minutos por semana para eliminar possíveis focos do Aedes aegypti”.

Aedes do Bem

O projeto utiliza mosquitos machos autolimitantes, que acasalam com as fêmeas do Aedes aegypti e reduzem de forma sustentável e segura a população do mosquito selvagem. Pode haver aumento temporário de mosquitos no início das liberações, o que é esperado e não oferece risco. Entre 2018 e 2022, a iniciativa ajudou a proteger mais de 45 mil pessoas, alcançando até 96% de redução do vetor, segundo estudo publicado na revista Frontiers. Os mosquitos liberados desaparecem naturalmente entre 13 e 24 semanas após o fim das ações.

Sumaré prevê energia renovável em edifícios

A Câmara de Sumaré aprovou um projeto de lei que institui a adoção gradual de sistemas de energia renovável, como painéis solares fotovoltaicos, em prédios públicos da cidade. A proposta integra o Programa de Sustentabilidade Energética no Serviço Público Municipal e recebeu 19 votos favoráveis na sessão desta terça-feira (18).

Se for aprovado pelo Executivo, o município deverá priorizar a instalação das tecnologias em escolas e unidades de saúde, avançando depois para repartições administrativas e, por último, demais órgãos públicos.

A energia fotovoltaica converte a luz solar diretamente em eletricidade por meio de placas compostas por células que transformam radiação luminosa em corrente elétrica.

Os autores explicam que a implantação por etapas facilita o planejamento financeiro e estrutural, permitindo que cada edifício se adapte às inovações. Segundo a justificativa, a proposta está alinhada às políticas de sustentabilidade e eficiência energética. Também destaca que o investimento traz economia financeira a longo prazo.

O texto ainda autoriza a Prefeitura a oferecer incentivos fiscais a empresas que financiem ou realizem a instalação dos equipamentos. Além disso, determina que o Poder Executivo apresente um relatório anual com dados sobre custos, economia gerada e benefícios ambientais decorrentes da implantação dos sistemas.

CORREIO DAS REGIÕES



Fernando Gonzaga/Prefeitura de Ribeirão Preto

Programação inclui desfiles e presença do Papai Noel

Natal Luz ilumina Ribeirão Preto com 26 dias de atrações

Ribeirão Preto inicia, de 28 de novembro a 23 de dezembro, a programação do Natal Luz 2025, que levará mais de 500 mil luzes a ruas, praças e corredores comerciais, acompanhadas de atrações culturais gratuitas e cenários temáticos. O evento foi lançado nesta terça-feira (18), em coletiva no Theatro Pedro II. Promovida há 23 anos pela Acirp, a iniciativa conta com apoio institucional da Prefeitura. Segundo o órgão municipal, a abertura oficial será

no dia 28, às 19h, na Praça XV, com acendimento das luzes e apresentação de coral. A programação inclui desfiles, presença do Papai Noel no Centro e nos bairros, além de atividades na Casinha do Noel e no Noel Móvel, que visitará 24 bairros. O encerramento ocorre em 23/12, com a Grande Parada de Natal. A decoração abrangerá as principais praças do Centro e vias como Barão do Amazonas, Av. da Saudade, Dom Pedro I e Nove de Julho.

Boituva lança desafio do ‘lixo zero’

A Prefeitura de Boituva, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Parques e Bem-Estar Animal, realiza neste sábado (22), das 8h às 16h, na Praça da Matriz, a última edição de 2025 do “Dia do Desafio Lixo Zero”. De acordo com as informações divulgadas, inicialmente prevista para o início do mês, a ação foi adiada devido

às condições climáticas. Criada durante a Semana do Meio Ambiente, a iniciativa passou a integrar o calendário mensal da pasta, incentivando a população de Boituva a descartar corretamente materiais recicláveis. A atividade conta com apoio do Grupo Petrópolis, do IFSP – Campus Boituva e da Coopera Boituva.

Divulgação/Prefeitura de Sorocaba



O objetivo é aproximar a população da Biblioteca

Sorocaba promove tarde do ‘Cabelo Maluco’

No dia 26 de novembro, às 14h30, crianças a partir de 4 anos poderão participar da Tarde de Pintura “Cabelo Maluco”, na Biblioteca Infantil Municipal “Renato Sêneca de Sá Fleury”, localizada no Centro da cidade. Promovida pela Prefeitura de Sorocaba, por meio da Secretaria de Cultura (Secult), a programação tem como intuito aproximar, ainda mais, a população desse equipamento cultural, que possui um rico acervo, bem como incentivar

o acesso à leitura, com propostas artísticas e lúdicas. Neste dia, as crianças são convidadas a compartilhar com um cabelo maluco, livres para colorir e explorar o lado artístico. Segundo as informações, a oficina tem como objetivo incentivar a expressão individual, a socialização e a criatividade. A atividade é aberta, sem necessidade de inscrição prévia. A Biblioteca Infantil Municipal “Renato Sêneca de Sá Fleury” fica na Rua da Penha, 673, no Centro.

Campeonato de Voo em Bauru

Bauru sediará, de quinta-feira (20) a domingo (23), o 38º Campeonato Brasileiro de Voo Circular Controlado (VCC), na pista de aerodelismo circular ao lado do Estádio Edmundo Coube, no Jardim Araruna. A entrada é gratuita. A competição reunirá pilotos de todo o País em uma das mais tradicionais disputas de acrobacia aérea com ae-

romodelos. O evento conta com apoio da Prefeitura de Bauru, por meio da Semel. Treinos ocorrem na quinta e sexta-feira, e as provas no sábado e domingo, das 8h às 17h. Os competidores executam manobras clássicas e disputam também o 4º Troféu Thomas Case, concedido ao melhor atleta das principais competições da modalidade.

Unesp de Bauru sediará novo centro de pesquisa

Projeto tem como foco o monitoramento de eventos extremos

Divulgação/Jornal da Unesp



O centro pretende criar tecnologias que contribuam diretamente para o Estado de SP

Um dos quatro novos Centros de Ciência para o Desenvolvimento (CCDs) que passarão a operar na Unesp será instalado em Bauru. O Centro Paulista de Integração de Dados para Monitoramento de Eventos Extremos (CEPEX) atuará no desenvolvimento de tecnologias digitais voltadas ao enfrentamento de eventos climáticos de alta intensidade. Financiado pela Fapesp por cinco anos, o CEPEX será sediado no câmpus bauruense e integrará o conjunto de CCDs que também estarão distribuídos em São Paulo, Botucatu e Tupã.

Coordenado pelo professor João Paulo Papa, da Faculdade de Ciências da Unesp de Bauru, o centro pretende criar soluções tecnológicas que contribuam diretamente para o Estado de São Paulo. Segundo o docente, a iniciativa representa “uma grande responsabilidade” e abre caminho para que os avanços desenvolvidos na cidade possam futuramente ser estendidos a outras regiões do país.

Uso da IA

A principal frente de trabalho será a criação de um sistema avançado, baseado em Inteligência Artificial, capaz de centralizar informações de radares meteorológicos — tanto visuais quanto textuais — relevantes para a previsão de even-

tos climáticos extremos.

Papa explica que o sistema deverá processar grandes volumes de dados, integrando-os ao trabalho da Defesa Civil estadual para apoiar decisões emergenciais com maior precisão e rapidez.

Papel do IPMet

O Instituto de Pesquisas Meteorológicas da Unesp (IP-Met), referência nacional na área, será essencial para o projeto. Responsável pela integração dos dados dos radares meteorológicos paulistas, o instituto fornecerá as informações que alimentarão os algoritmos do CEPEX.

Esses dados permitirão o desenvolvimento de aplicações como previsão de deslizamentos de encostas e definição de rotas de fuga seguras em situações extremas. O IPMet também funcionará como sede inicial do CEPEX. “A centralização das informações dará aos profissionais uma visão mais clara do que está acontecendo”, destaca Papa.

Formação e pesquisa

O projeto também terá forte dimensão educacional. A proposta é incentivar a participação de estudantes de graduação e pós-graduação, estimulando pesquisas relacionadas

ao tema e ampliando a familiaridade dos alunos de meteorologia com o uso de ferramentas de IA.

Segundo o coordenador, o objetivo não é formar programadores, mas profissionais capazes de compreender o potencial da inteligência artificial e suas aplicações na área.

O financiamento de R\$ 18 milhões da Fapesp será aplicado em bolsas e infraestrutura. Cerca de metade dos recursos será destinada a bolsas para estudantes de diversos níveis, enquanto a outra parte financiará equipamentos como supercomputadores, geradores, nobreaks e novos radares.

São José do Rio Preto formaliza a adesão ao programa Agenda Jovem

Bruno Carvalho/Prefeitura de São José do Rio Preto



A Prefeitura deve oficializar a adesão no próximo semestre

A Secretaria de Desenvolvimento Social de Rio Preto está finalizando a documentação necessária para a adesão do município à Agenda Jovem, programa estadual voltado à promoção de direitos, inclusão social e participação política de jovens entre 15 e 29 anos. A iniciativa, coordenada pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, prevê apoio técnico, estruturação de serviços e fortalecimento das políticas locais de juventude.

A adesão será formalizada por meio de decreto municipal, cujo modelo já está em análise pela pasta. O instrumento, que institui oficialmente a Agenda Jovem na cidade, autoriza a implantação de ações interseccionais nas áreas de cidadania, educação, cultura, saúde, trabalho, renda, segurança pública, diversidade, mobilidade urbana e meio ambiente, conforme previsto no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013).

De acordo com a secretária de Desenvolvimento Social, Sandra Reis, a iniciativa repre-

senta um avanço importante na consolidação das políticas públicas para juventude na cidade. “A Agenda Jovem vai nos permitir ampliar o atendimento, integrar serviços e fortalecer ações que garantam direitos e oportunidades para os jovens de Rio Preto. Estamos trabalhando com responsabilidade

técnica e administrativa para que o município faça uma adesão sólida e eficiente”, afirmou.

O plano de trabalho já está em elaboração e inclui a criação e fortalecimento de equipamentos como o Espaço Juventude e, futuramente, a Casa da Juventude, previstos como núcleos de atendimento, ativida-

des e formação. A cidade também deverá receber um veículo automotor exclusivo para uso nas ações do programa, conforme previsto no convênio estadual, o que permitirá ampliar visitas, acompanhamento de jovens e ações itinerantes, além de facilitar o cadastramento no ID Jovem, benefício federal voltado a jovens de baixa renda.

A proposta também integra metas como redução da evasão escolar, fortalecimento de habilidades socioemocionais, prevenção ao uso de drogas, estímulo ao empreendedorismo juvenil, promoção da cultura de paz, incentivo à participação comunitária e maior acesso ao mercado de trabalho.

Com o avanço das etapas administrativas, a Prefeitura deve oficializar a adesão ainda no primeiro semestre de 2026, permitindo que Rio Preto passe a integrar a rede estadual de municípios comprometidos com políticas de juventude baseadas em autonomia, diversidade, participação e desenvolvimento integral.

Lei corrige distorções em Marília

Foi publicada, na edição desta quarta-feira (19) do Diário Oficial de Marília, a Lei 9367/2025, que traz mudanças na Lei 3959/1993, que criou os Conselhos Tutelares no Município de Marília.

Mudanças

As alterações com a nova lei melhoram as condições de trabalho dos conselheiros tutelares, trazendo valorização e mais eficiência na prestação do serviço público destinado à proteção de crianças e adolescentes. Dentre as alterações, des-

taca-se a adequação da jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares, com o objetivo de tornar a carga horária compatível com a realidade, uma vez que não há servidores para o setor administrativo entre as 17h e 21h e não há necessidade de funcionamento nesse horário, especialmente considerando a atuação contínua, inclusive em regime de plantão, feriados e finais de semana.

Ainda, propõe-se a inserção de uma margem de tolerância de atrasos e também para ausências justificadas, novamente

atendendo requerimentos dos Conselheiros e utilizando-se apenas como parâmetro e não como modelo obrigatório as regras de outros setores da Administração Pública.

Em atendimento a determinação judicial, foi incluído dispositivo para que seja providenciada a convocação de suplente para períodos de férias iguais ou superiores a 24 dias.

Equidade

De acordo com a Prefeitura, esta Lei busca não apenas corrigir distorções legais e adminis-

trativas existentes, mas também garantir maior equidade e reconhecimento aos Conselheiros Tutelares, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana, valorização do serviço público e proteção integral à infância e adolescência.

O prefeito Vinicius Camarinho destacou melhorias na merenda escolar e investimentos na alimentação das crianças. Afirmou que seu governo é de resultados e reforçou o compromisso com o Conselho Tutelar, ressaltando que nenhuma criança deve ficar para trás.

Huguette



Gallo

Instagram: @ huguette.gallo
Email: huguette.gallo@gmail.com





Cheia de

SOL



Rita Lee



Dica de

leitura



‘O príncipe da Babilônia’ de Marianne Vic — sobrinha do estilista Yves Saint Laurent, é o próximo lançamento da Estação Liberdade e promete apresentar, por uma luz menos glamorosa, o lado obscuro do estilista sem apagar o brilho de sua trajetória inigualável.

Aqui, YSL aparece em uma narrativa tecida de glória e desolação, bordada com segredos. O diferencial é o acesso privilegiado aos bastidores de uma infância difícil na Argélia francesa, sua genialidade, a autodestruição, o amor turbulento e o preço de se tornar um dos nomes mais significativos da alta-costura do século XX.

Quem realmente foi Yves Saint Laurent? Esta é uma leitura reveladora, íntima e inesperada. Um mergulho sem travas na intimidade do grande estilista. Marcado pelos traumas da violência que sofreu quando criança, Laurent foi movido ao longo de sua vida por um desejo vital de vingança, onde a riqueza e a fama consolavam, mas a loucura sempre foi dominante. Neste livro, __a autora que __teve grande proximidade com o companheiro dele, o empresário e colecionador de arte Pierre Bergé —, conta de vários ângulos a história de um dos nomes mais significativos da alta-costura.

Com ingressos esgotados, e sessões extras, o espetáculo ‘Rita Lee – Uma Autobiografia Musical’, que revive no palco a vida e a obra da rainha do rock brasileiro, fica em Campinas até domingo (23), no Centro de Convivência Cultural (CCC). Protagonizada por Mel Lisboa, a montagem é inspirada no livro autobiográfico de Rita Lee, lançado em 2016, e leva ao palco os altos e baixos da carreira da artista, contados com a irreverência e a franqueza características da cantora. O musical reúne um elenco que interpreta nomes icônicos da música popular brasileira. A história começou em 2014, quando Mel Lisboa encarnou Rita Lee pela primeira vez no musical “Rita Lee Mora ao Lado”. O sucesso foi tanto que a própria cantora compareceu à apresentação e elogiou a performance da atriz.

